

DARCY

REVISTA DE JORNALISMO CIENTÍFICO E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Nº 20 • SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2018

UnB

DIREITOS HUMANOS HOJE

Uma discussão
para o presente
e para o futuro



SEGURANÇA

SE FAZ

EM

COMUNIDADE

- ✓ Prefira andar em grupos e evite deslocamentos noturnos isoladamente.
- ✓ Procure andar por locais iluminados e evite circular por áreas ermas dos campi. Utilize os corredores de segurança.
- ✓ Aproveite o fluxo de pessoas para deixar os campi ou esperar seu ônibus na parada.
- ✓ Mantenha sempre seus pertences junto a você e de preferência deixe a bolsa na frente do corpo.
- ✓ Evite permanecer nos estacionamentos da Universidade após o término das aulas.
- ✓ A pé, de *bike* ou dirigindo, o uso do celular não é aconselhado durante os deslocamentos. Mantenha toda a atenção voltada para o que acontece ao seu redor.
- ✓ Busque estacionar em locais mais bem iluminados e de maior movimento.
- ✓ Não deixe pertences expostos dentro do carro. Olhe ao redor antes de estacionar e ao retornar ao veículo.
- ✓ Viu alguém em situação de perigo? Seja solidário: acione as forças de segurança da UnB!

O SER E O SABER

Thaís de Mendonça Jorge, editora



“No processo de embaralhamento da sociedade civil, a universidade é chamada a repensar os direitos humanos, a se reposicionar sobre questões diversas e contraditórias. A formação hoje transcende o âmbito tradicional e assume um papel duplo: de um lado, configura-se como um recurso econômico e como fator de competitividade do sistema do país; por outro, como direito fundamental de cidadania ou como garantia de liberdade no que diz respeito a um futuro mais possível.”

Para Lorenzo Caselli, professor emérito da Universidade de Gênova, com as mudanças ocorrendo cada vez mais rápido, o ciclo de vida do conhecimento, da tecnologia, dos produtos e serviços se reduz. A experiência adquirida por meio do estudo, do trabalho e da pesquisa se exaure num tempo muito breve, o que obriga as instituições de ensino a ter que oferecer um cardápio variado e articulado de atividades.

Uma ou um jovem, para poder se inserir na sociedade, necessita muito mais do que noções sobre ciência e vida: precisa, como ensinava Paulo Freire, “aprender a ser”, “saber fazer” e “saber aprender”, ou seja, precisa saber onde e como processar o conhecimento, relacionando-se com os demais seres humanos. O papel da universidade, então, é o de desenvolver sua capacidade de ler as mudanças, não sem crítica, e de propor a junção da pesquisa de base, da pesquisa aplicada e das inovações, fazendo nascer uma nova estrutura de pensamento colaborativo.

O mercado deve reconhecer a função da universidade, sua necessidade de autonomia para poder pensar e atender as exigências da sociedade e do próprio mercado. Existem pesquisas que precisam ser feitas, conhecimentos que devem ser questionados e redimensionados, mesmo que haja gente que não pense assim. Quando o matemático Galileu Galilei estudava o sistema solar — ele provou que a terra gira em torno do sol, e não o contrário —, muitos acreditavam que seus estudos eram inúteis. De quebra, Galileu ainda revelou os anéis de Saturno, inventou o termômetro e a luneta. Enquanto a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern), o maior laboratório de física de partículas do mundo, analisa o quark, elemento básico da matéria, ainda existe quem afirme que isso não serve para nada.

A universidade tem duas funções principais: a de ser uma instituição de pesquisa e a de ser uma base de formação. A produção e a socialização do saber estão intimamente conectadas. Os jovens que frequentam os laboratórios, as salas de aula, os centros de investigação, ou se engajam nos projetos de extensão, numa universidade como a UnB, possuem uma ideia de futuro e a estão buscando no dia a dia dos campi. Professores, pesquisadores e técnicos têm que se lembrar que todo aquele que trabalha numa instituição de ensino é também um educador.

Educa para os direitos humanos, instrui para as relações de solidariedade que todos devem ter uns com os outros e zela pelo ambiente de bem-estar, com racionalidade, respeito, profissionalismo e cultura que deve prevalecer na Universidade. Para que a Universidade possa cumprir sua missão, precisa que todos — e nisso incluem-se os alunos — trabalhem em propostas de justiça, dignidade, democracia, cidadania. Esta edição da revista Darcy é dedicada aos direitos humanos a fim de que, para além do individualismo, se possa refletir sobre a própria existência no planeta e o sentido da palavra universidade.

DARCY

REVISTA DE JORNALISMO
CIENTÍFICO E CULTURAL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Universidade de Brasília

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-reitor

Enrique Huelva Unternbäumen

Conselho Editorial

Cynthia Kyaw

Professora do Instituto de Ciências Biológicas

Germana Henriques Pereira

Diretora da Editora UnB

Adalene Moreira Silva

Decana de Pós-Graduação

Isaac Roitman

Professor emérito da Universidade de Brasília

Luiz Gonzaga Motta

Professor aposentado da Faculdade de Comunicação

Maria Emília Walter

Decana de Pesquisa e Inovação

Miriam Manini

Professora da Faculdade de Ciência da Informação

Rafael Villas Bôas

Professor da Faculdade UnB Planaltina

Rita de Cássia Silva

Professora da Faculdade UnB Gama

Roberto Ellery

Professor da Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Solano Nascimento

Professor da Faculdade de Comunicação

EXPEDIENTE

Secretária de Comunicação

Thaís de Mendonça Jorge

Editores deste número

Renan Apuk e Thaís de Mendonça Jorge

Editor de arte

Marcelo Jatobá

Reportagem

Gabriel Bandeira, Gisele Pimenta, Kárin Ventura, Marcos Amorozo, Nair Rabelo, Renan Apuk, Serena Veloso, Thaíse Torres, Vanessa Vieira

Capa

Francisco George Lopes

Design

Ana Rita Grilo, Camila Diniz, Francisco George Lopes, Igor Outeiral e Marcelo Jatobá

Revisão

Kárin Ventura e Vanessa Tavares

Fotografia e Audiovisual

André Gomes, Amália Gonçalves, Beto Monteiro, Luis Gustavo Prado e Raquel Aviani

Assessoria de Imprensa

Helen Lopes, Jéssica Louza, Lanuzia Nogueira, Paulo Schnor e Thiago Flores

Relações Institucionais

Angélica Peixoto, Hellen Camara, Júlia Consentino e Karoline Marques

Administrativo

Doraci Rosa e Salvador Menezes

Revista DARCÝ

Telefone: (61) 3107-0214

E-mail: revistadarcy@unb.br

Campus Universitário Darcy Ribeiro

Secretaria de Comunicação

Prédio da Reitoria, 2º andar, sala B2-17/4

70910-900 Brasília-DF Brasil

www.revistadarcy.unb.br

61 3107-0214

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 2.100 exemplares

3

CARTA DA EDITORA

Todo aquele que trabalha numa instituição de ensino é um educador

6

DIÁLOGOS

Professor emérito da UnB, Isaac Roitman, e Decana de Extensão, Olgamir Amancia, refletem sobre Direitos Humanos

30

POPULAÇÃO TRANS

Invisibilidade e preconceito comprometem aceitação das pessoas transgênero

34

PRODUÇÃO DE MORTE

Pesquisadores investigam as políticas públicas relacionadas à vida e morte da população

40

MICROCEFALIA

Pesquisadoras da Universidade de Brasília acompanham famílias afetadas pela síndrome do zika vírus após a epidemia

46

INCUBADORA

Como ser um empresário de sucesso

52

SANTO SUDÁRIO

Tema gera controvérsia há mais de dois milênios

66

A ÚLTIMA FLOR

Análise de discurso ensina a interpretar mensagens

EU CONHEÇO DARCY

Meus cumprimentos aos queridos amigos que fazem a Darcy e parabéns pelo bom conteúdo da revista. Sou estudante de Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas e gostaria de ter contato com outras edições.

Achei importante falar dos problemas públicos (Darcy 18). Aqui em Manaus não é diferente das outras cidades do país. O transporte público tem muitas deficiências: superlotação, ônibus em más condições, sem falar nos assaltos que têm ocorrido ultimamente. Acho que a situação melhorou, mas os governantes podiam dar melhor qualidade de vida ao seu povo. Sei também que ficamos a dever. Se tivéssemos uma população mais educada...

Também tenho uma sugestão. Quando vocês farão uma reportagem sobre a Amazônia, seus desafios e soluções? Nossos igarapés estão poluídos. Meus avós e meus pais chegavam a tomar banho neles e era um verdadeiro lazer para os manauaras.

James Silva Sobral, Manaus (AM)


Resposta da Darcy – Obrigada pela sugestão. Vamos programar, sim, uma matéria sobre a Amazônia, tema de grande interesse. Sugerimos entrar em contato com a redação (61 3107-0214) para enviarmos os últimos exemplares da Darcy.

Fale conosco

Telefone: 61 3107-0214

E-mail: revistadarcy@unb.br

Facebook: www.facebook.com/revistadarcy

A portrait of Silvia Badim Marques, a woman with long, wavy brown hair, wearing a red dress with a blue polka-dot pattern. She has a small tattoo of a bird on her right shoulder and a larger, intricate tattoo on her left arm. The background is a solid grey color.

“Não quero apanhar nem ser violentada na rua. Racismo, machismo e LGBTfobia não são manifestações de opinião, são afrontas. Esses padrões só são transformados culturalmente por meio da educação”

Silvia Badim Marques – 41 anos

Professora de Saúde Coletiva e coordenadora dos Direitos das Mulheres – Diretoria da Diversidade (DIV/DAC)

- 10 **DIGNIDADE**
Seis a cada dez crianças não têm acesso a pelo menos um direito fundamental
- 14 **CENÁRIO BRASILEIRO**
Discriminação, desigualdade e intolerância. Panorama melhora lentamente
- 18 **SAÚDE**
SUS nasceu da ideia de que saúde é para todos e dever do Estado
- 20 **TERRAS**
Desde a colonização o país não consegue resolver suas questões
- 22 **INDÍGENAS**
Há quase 1.300 terras indígenas no país, mas 836 precisam ser demarcadas
- 25 **ENTREVISTA**
Antônio Augusto Cançado Trindade: uma perspectiva global
- 58 **ENSAIO**
Na UnB: o olhar das fotografias da Secom

TRABALHO ÁRDUO DE RESGATE DOS VALORES

Texto **Isaac Roitman***

Ao longo da história, os seres humanos provocaram e sofreram com tragédias, como o holocausto, a escravidão, guerras e outras atrocidades. Após a Segunda Guerra Mundial, a mais sangrenta da história, e o insano uso da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, a Organização das Nações Unidas aprovou, em 1948, a *Declaração Universal de Direitos Humanos*, que pode ser considerada como a pedra fundamental para conquistarmos um mundo cada vez mais civilizado. O artigo 1 dessa Declaração diz: “Todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. No Brasil os direitos humanos estão consolidados na Constituição de 1988. O artigo 1 consagra o princípio da cidadania (inciso II), dignidade da pessoa humana (inciso III) e os valores sociais do trabalho (inciso IV).

No entanto, uma pergunta emerge: os direitos humanos no Brasil são respeitados de forma absoluta? A resposta é não. Segundo o Relatório do Estado dos Direitos Humanos no Mundo, elaborado pela Anistia Internacional, as principais falhas do Brasil estão ligadas às seguintes dimensões:

a) alta taxa de homicídios, sobretudo de jovens negros; b) abusos policiais e execuções extrajudiciais; c) crítica situação do sistema prisional; d) vulnerabilidade dos defensores dos direitos, principalmente em áreas rurais; e) violência sofrida pela população indígena e f) várias formas de violência contra as mulheres. A efetiva aplicação dos preceitos é fundamental para a promoção de justiça e paz social. A evolução da humanidade mostra que sem normas não há sociedade civilizada, e o respeito é a base para o crescimento, o desenvolvimento e a proteção da sociedade.

Enquanto tivermos pessoas abaixo da linha da pobreza, sofrendo com a fome e carentes nas três dimensões destacadas pelo Papa Francisco — terra, teto e trabalho —, teremos que lutar a cada minuto pela conquista de todos, que fundamentará uma nova era de paz para toda a espécie humana. Temos pela frente um grande desafio. O caminho para conquistarmos uma humanidade realmente civilizada é incorporar o conceito de que somos de uma única família humana, na qual o amor prevaleça sobre o ódio e o altruísmo sobre o egoísmo. Introduzir e consolidar valores, como a solidariedade, a ética, a bondade, o respeito à natureza e outros, na construção da personalidade a partir da primeira infância, é o caminho para termos um país e um mundo melhores no futuro.

Estamos em uma encruzilhada. Um dos caminhos indicam o retrocesso. O outro nos levará a uma sociedade menos desigual com oportunidades para todos. Cabe a nós, cidadãos do mundo, escolher o melhor caminho. A responsabilidade do futuro é coletiva. Para a conquista de um mundo civilizado não teremos soluções milagrosas e rápidas. Temos que acreditar que essa mudança será um trabalho árduo e constante de resgate dos valores, um trabalho que começa em nós mesmos. Juntos conquistaremos uma civilização virtuosa com a qual sonhamos. Vamos à luta. É pertinente lembrar o pensamento de Oswaldo Cruz: “Não esmorecer para não desmerecer”.



* Professor emérito da UnB e membro do Conselho Editorial da revista *Darcy*

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CIÊNCIA E VIDA

Texto **Olgamir Amancia***

Os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos inspiram a Universidade de Brasília desde a sua criação, em 1962, como uma universidade ousada e comprometida com o desenvolvimento da ciência e a serviço dos interesses nacionais. Por isso, a campanha “UnB mais humana”, orientadora das ações institucionais durante o ano de 2018, celebra o marco histórico da Declaração e reafirma o compromisso da Universidade com a promoção e a defesa da liberdade, da igualdade e da dignidade humana.

A criação do Conselho dos Direitos Humanos da Universidade de Brasília (CDH UnB) foi o maior dos gestos de compromisso institucional, ao estabelecer um espaço colegiado para a proposição de políticas e ações devotadas à promoção e defesa de direitos. A extensão universitária participa ativamente desse esforço, corroborando a afirmação de Anísio Teixeira, para quem a nossa humanização resultará “do estudo da ciência aliada ao da sua aplicação e de suas conexões com a filosofia e a vida” (2014: 261).

Este entrelaçamento entre ciência e vida é uma dimensão própria da extensão, que articula de forma significativa e potencialmente transformadora o saber e o agir. Assim, a extensão — ao lado do ensino e da pesquisa — potencializa a Universidade no exercício da reflexão crítica da realidade, na produção de conhecimentos e práticas sociais com base no diálogo e no respeito à diversidade.

A UnB possui centenas de ações de extensão, que promovem a educação em direitos humanos, o empoderamento de pessoas LGBT, o combate à violência contra mulheres, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, dos povos indígenas e das pessoas negras, de forma a combater a discriminação e o preconceito de qualquer natureza. As atividades contribuem para a superação da intolerância, realizando uma formação técnica, ética e estética de cidadãos e cidadãos para o convívio democrático e a emancipação humana. Portanto, as interações entre Universidade e sociedade, dinamizadas por essas ações extensionistas, cumprem um importante papel na promoção e defesa dos direitos humanos, enquanto expressão mais ampla da cidadania.

Passados 70 anos, estamos distantes das grandes promessas de igualdade, liberdade e fraternidade enunciadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas devemos persistir na construção de experiências sociais para sua realização. A extensão na Universidade de Brasília está a serviço desse projeto, empenhada em tornar mais humanas as relações entre as pessoas, entendendo ser essa uma condição fundamental para a difusão de uma cultura de paz e a construção de um país mais justo e democrático.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, Anísio. Ciência e humanismo. In: ROCHA, J.A. de L. Anísio Teixeira e a cultura: subsídios para o conhecimento da atuação de Anísio Teixeira no campo da cultura. Brasília: Editora Universidade de Brasília (EDU); Salvador: EDUFBA, 2014.

Ilustração **Camila Diniz**

* Decana de Extensão da Universidade de Brasília



Aline Karina Dias

Bacharela em Turismo

Negra

“A universidade resgatou minha identidade. Entrei aqui parda e saí negra. Mas, a todo momento, a sociedade me agride. Ao não me legitimar como mulher produtora de conhecimento, ao não reconhecer minha história e ao hipersexualizar o meu corpo”

DIREITOS PARA TODOS OS HUMANOS

Saúde, educação, segurança, trabalho, liberdade e dignidade para todas as pessoas. Há 70 anos, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* reafirma o compromisso de povos e nações com a proteção e o respeito ao indivíduo. Apesar dos avanços, Brasil e mundo ainda experimentam violações constantes desses direitos básicos, agravadas pelo cenário global de discriminação, desigualdade e intolerância. Nas próximas páginas, a revista *Darcy* apresenta dados, pesquisas, opiniões e depoimentos de representantes de diversos segmentos sociais para desvelar a atualidade deste documento histórico e resgatar a importância do tema para o dia a dia do cidadão.

D O S S I Ê

Textos **Gisele Pimenta, Serena Veloso, Vanessa Vieira**

Amanda de Sá Paschoal

Graduanda em licenciatura em
Artes Visuais

Autista

**“Deficiências existem
porque o modelo social
impõe barreiras. São
limitações arquitetônicas,
urbanísticas,
comunicacionais”**



UM GRITO POR DIGNIDADE, LIBERDADE E IGUALDADE

Brasil, 2018. Um terço da população mais jovem do nosso país vive com renda *per capita* menor que R\$ 346 na zona urbana e inferior a R\$ 269 na zona rural. São 18 milhões de meninas e meninos em domicílios com recursos insuficientes para comprar uma cesta básica por mês, que em Brasília custa em média R\$ 385. Embora componha a cruel realidade brasileira, a pobreza monetária não é o único problema. Seis a cada dez crianças não têm acesso a pelo menos um direito fundamental, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Estudo da entidade aponta que quase metade (49,7%) das crianças e adolescentes brasileiros que vivem na pobreza (61%) está exposta a mais de uma privação de direitos. Mais de 13 milhões de jovens de até 17 anos não têm acesso a saneamento e quase 9 milhões à educação. A pesquisa revela que o público também sofre com falta de água (7,6 milhões); informação (6,8 milhões); moradia (5,9 milhões); e proteção contra o trabalho infantil (2,5 milhões). Cerca de 14 mil jovens não têm acesso a nenhum dos seis direitos analisados.

Questões tão diversas e complexas trazem nas entrelinhas o anseio por condições de vida digna e livre,

independentemente de classe social, raça, cor, sexo, nacionalidade, religião, opinião política ou qualquer outra condição — características que definem o conceito de direitos humanos. Tais premissas nortearam a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, documento que completa 70 anos em 2018.

O texto, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948, foi elaborado em resposta às atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial. Essas experiências, sobretudo a do Holocausto, levaram a comunidade internacional a uma repactuação completa, na visão do professor do Instituto de Ciência Política da UnB, Pablo Holmes: “A Declaração Universal não é só um conjunto de valores, é um compromisso assumido pelos países a partir de então”.

“As questões derivadas das situações de barbárie que acompanham a história da sociedade moderna, como as guerras, foram o grande fundamento dos debates dos anos 1940, reivindicando exatamente que se construísse um consenso social sobre os elementos sem os quais o humano não se constitui”, acrescenta o professor da Faculdade de Direito da UnB José Geraldo de Sousa Junior.

“Primeiras cartas surgiram para limitar poderes de monarcas e ampliar direitos de propriedade, herança e julgamento justo”

José Geraldo de Souza Júnior

Apesar do reconhecimento da Declaração de 1948 como base da concepção contemporânea sobre os direitos humanos, a história revela outras origens e abordagens. Um dos olhares passa pela cronologia dos marcos documentais que deram origem a garantias individuais: as primeiras cartas de direitos. Em muitos contextos, tais direitos eram restritos a grupos específicos, como nobres, membros do alto clero da Igreja Católica e homens livres.

Um desses primeiros registros foi a *Magna Carta* da Inglaterra, do ano de 1215. O documento proclamava liberdade da Igreja, direito de posse e herança de propriedade para os cidadãos livres, e os princípios de presunção de inocência e julgamento justo. Outros instrumentos legais emergiram, sobretudo na Europa, por volta do século XVII, na transição da Idade Média para a Modernidade.

Foi o caso dos normativos ingleses *Petition of Rights* (Petição de Direitos, 1628), *Habeas Corpus Act* (Ato de Habeas Corpus, 1679) e *Bill of Rights* (Declaração de Direitos, 1689). Os registros expandiram liberdades aos súditos, estabeleceram regras para a privação de liberdade, limitaram os poderes do monarca e declararam a independência do Parlamento em relação ao rei.

O professor Holmes reforça que o contexto da Reforma Protestante na Inglaterra impulsionou o nascimento das cartas de direito desta época. “Elas surgiram da dificuldade que o rei teve de administrar uma população que não era mais fiel apenas a uma religião. Isso resultou em guerras religiosas, instabilidade política e busca por direitos econômicos, de liberdade de profissão, de locomoção, de religião”, explica o professor.

Já no século XVIII, a *Declaração de Virgínia* (EUA, 1776) estabeleceu direitos essenciais e naturais aos homens, como vida, propriedade e segurança. É considerada por muitos pesquisadores a primeira formulação dos direitos humanos nos tempos modernos. Somam-se a esses marcos a própria independência dos Estados Unidos e a formulação da constituição do país.

A Revolução Francesa e os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, que resultaram na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) marcaram o esboço de garantias universais, embora elas estivessem limitadas, à época, a parcelas restritas da população.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948 representou o auge do reconhecimento de garantias individuais fundamentais como questão universal, inalienável e indivisível. O documento inspirou constituições de muitos países e foi impulsionador de sucessivos tratados e acordos, responsáveis pela expansão do campo jurídico internacional dos direitos humanos. Entre eles, convenções para prevenção e repressão de genocídios; para eliminação da

discriminação racial e contra as mulheres; e para a defesa dos direitos da criança e das pessoas com deficiência.

Correntes teóricas de vertente mais crítica ao entendimento estritamente jurídico apontam que os marcos documentais não são suficientes para explicar a complexidade dos direitos humanos. O professor José Geraldo acredita que a temática extrapola a perspectiva das garantias de proteção, porque integra um campo de disputas ideológicas com diferentes conjunturas e demandas específicas. “Os direitos humanos são as lutas pelo reconhecimento da dignidade do humano, e isso é uma construção política e histórica no social”, define.

Para compreender as duas dimensões do conceito — o que são os direitos e qual consenso se estabelece sobre a condição humana — é preciso responder a outra pergunta: direitos para quem? Ex-reitor e estudioso do direito achado na rua, o professor José Geraldo observa: “Se a princípio parece óbvio o que se entende por humano, tal reconhecimento esbarra nas contradições da história. No Brasil, a concessão de direitos limitou-se por muito tempo a determinados grupos sociais”.

A Constituição de 1824, após a proclamação da Independência, foi um exemplo dessa contradição, segundo José Geraldo. “O documento estava apoiado na tese de que todo homem nasce livre e igual em direitos. Porém, em uma sociedade escravocrata, em que o trabalho era alienado da dignidade, o escravo não era reconhecido como pessoa humana”. Analfabetos, indígenas, mulheres e outros grupos que não tinham propriedade e renda eram excluídos, ou seja, não eram vistos como “homens de bem”, para ser literal à linguagem constitucional daquela época.

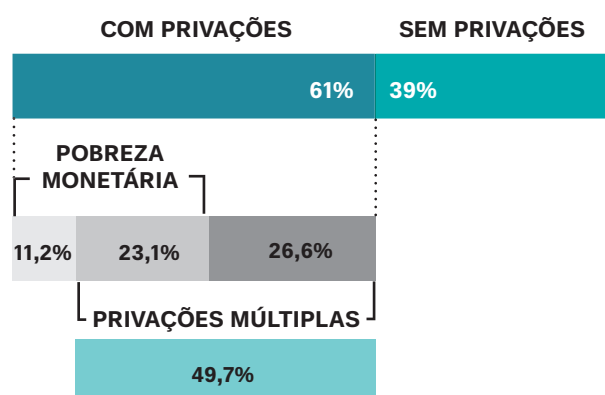
O professor Holmes destaca o abismo histórico entre leis e práticas, acrescentando que os textos das constituições brasileiras incorporaram o debate global sobre direitos humanos, embora eles não tenham se efetivado: “A Constituição de 1891 previu os direitos políticos ao declarar que o Brasil era uma república democrática, mas excluía o voto das mulheres e do analfabetos. Em 1934, incorporamos os direitos sociais, algo que se espalhava pelo mundo, e nunca paramos para realizar as transformações necessárias para que esses direitos fizessem sentido”.

Brasil e América Latina, na análise de Holmes, foram incluídos no debate sobre os direitos humanos de forma subalterna, com pactos sociais que não privilegiam a inclusão. “São países que integram a economia e a política global com uma estrutura social baseada na lógica da exclusão, o que resulta em altíssimos índices de desigualdade. O Brasil chegou ao século XX com democracia, mas ninguém podia votar; com direitos

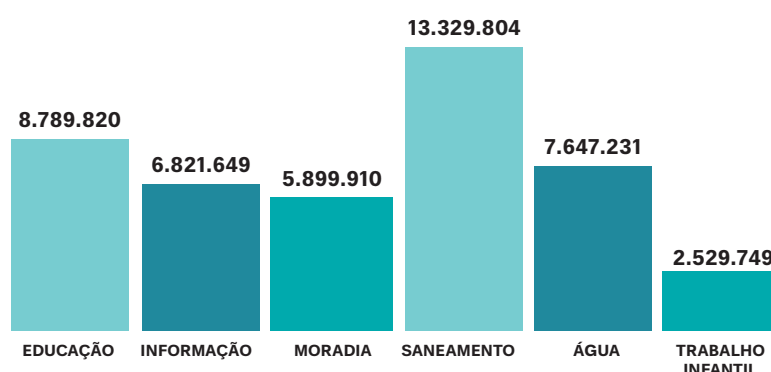
“Nunca paramos para realizar as transformações necessárias a que tudo isso fizesse sentido”

Professor Pablo Holmes

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM OU SEM PRIVAÇÕES NO BRASIL



TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRIVADOS POR DIMENSÃO (PRIVAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E EXTERNAS)



Fonte: Estudo *Pobreza na infância e na adolescência*, Unicef Brasil (2018)

trabalhistas, mas seus trabalhadores não podiam exercê-los. A primeira greve geral no país foi em 1917 e houve assassinato, tortura e expulsão dos imigrantes por parte do Estado.”

Essa herança ecoa na própria contemporaneidade, quando ainda persistem limitações para o exercício político dos direitos humanos entre segmentos sociais historicamente excluídos. Por isso, José Geraldo defende que, mais do que declarados, os direitos humanos devem ser exercidos. O caminho para isso seria aproximá-los da política e colocá-los como agenda na definição de políticas públicas.

“A transformação da teoria em prática só é possível pela participação política e pela educação, com o envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos por meio do debate e da escolha de representantes que possam direcionar as demandas sociais”, argumenta o professor de Direito.

A participação política da sociedade civil também é apontada por Holmes como saída para a efetivação

dos direitos humanos: “A participação por meio de organizações, sindicatos, associações, partidos, ONGs é uma virtude da democracia. É assim que a sociedade civil diz ao poder público seus anseios e à elite econômica que não aceita qualquer coisa”.

Os dados ilustram o contexto global contemporâneo de constantes violações a direitos mínimos, que em tese deveriam ser inerentes a todo ser humano. Para além da miséria e da falta de acesso a recursos básicos de subsistência, o Brasil e o mundo escancaram outros flagrantes desse quadro, materializados em situações de violência, exclusão, intolerância, discriminação e preconceitos.

Os exemplos de desrespeito aos direitos humanos são muitos: crise migratória com impactos em nações de vários continentes; alto índice de mortes violentas nos países mais pobres; desigualdades entre homens e mulheres; marginalização da população negra; homofobia; abusos das forças de segurança; repressão indiscriminada à liberdade de expressão e manifestação.

DIFICULDADES E DESAFIOS NO COTIDIANO DOS BRASILEIROS

O sol ainda não despontou e Viviane Queiroz já está de pé. Às cinco da manhã, a estudante do curso de Letras – Tradução Inglês prepara-se para sair de casa, na região administrativa do Gama, com destino ao campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Terminal, filas, três ônibus e um percurso de 40 quilômetros a esperam. A situação comum a muitos brasileiros ganha contorno particular: a graduanda é cega. “Nasci prematura. Os médicos falaram que a quantidade de oxigênio que precisei para viver queimou a minha retina e, por isso, nunca enxerguei.”

Em relação ao transporte coletivo, Viviane lista alguns desafios. Faltam acesso adequado às plataformas de embarque e tecnologias assistivas para informar linhas e pontos de parada. As limitações estendem-se a todos os ambientes, inclusive ao universitário. A jovem cita como exemplo prédios, áreas comuns, corredores e salas de aula, quase nunca adaptados às pessoas com deficiência. “O espaço físico é inacessível. É muito complicado andar por aqui”, comenta. Para a estudante, os recursos institucionais que oferecem serviços ou instrumentos inclusivos voltados ao processo de aprendizagem também são limitados.

Frente às dificuldades, Viviane reconhece a ajuda e compreensão de seus professores na graduação. Seu horizonte de esperança é a recente reativação do Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV), da Faculdade de Educação da UnB. O local dispõe de uma impressora em *Braille* e dez computadores com softwares leitores, que transformam as informações textuais para o formato de áudio. A Universidade de Brasília trabalha na construção de uma política institucional de

acessibilidade, instrumento norteador de ações voltadas às pessoas com deficiência.

Condições de vida digna, direito a educação, transporte e locomoção, promoção de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Essas são as dimensões práticas e cotidianas do conceito de direitos humanos que aparecem no relato de Viviane. Contada assim, a história deixa evidente a noção de que esses direitos — ou a privação deles — impactam positiva ou negativamente o dia a dia de qualquer indivíduo. Na contramão dessa afirmação, estudos atestam outra percepção social sobre o tema.

Pesquisa feita pelo Instituto Ipsos revela que 28% dos brasileiros acham que os direitos humanos não têm relação com a vida cotidiana das pessoas. O percentual só é menor do que os constatados na Índia (35%) e na Arábia Saudita (30%), entre 28 países pesquisados. Outro dado mostra que seis a cada dez brasileiros — o maior registro do estudo — acreditam que as únicas pessoas beneficiadas pelos direitos humanos são criminosos e terroristas. Além do Brasil, a opinião é compartilhada por mais da metade dos entrevistados apenas no Peru, Índia e Argentina.

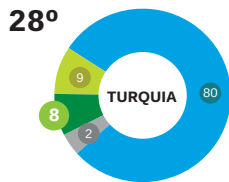
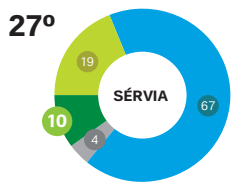
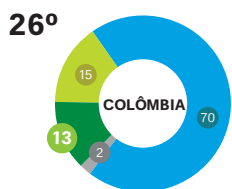
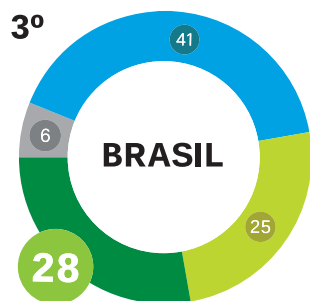
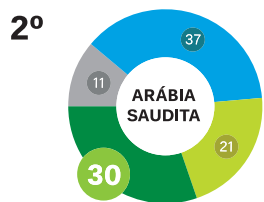
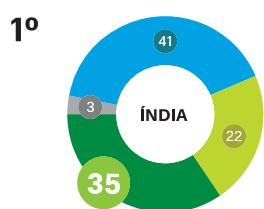
A maior parte dos brasileiros (74%) também avalia que as pessoas tiram vantagens injustas dos direitos humanos. Percepção próxima aos países que mais concordam com a afirmação, como Colômbia, África do Sul, Peru, México (78%) e Sérvia (76%). Os menores índices dessa associação são percebidos na Bélgica (44%), Suécia (47%) e Alemanha (51%). O levantamento foi aplicado pela internet em maio e junho de 2018, com 23.249 entrevistados de 16 a 64 anos.



Direitos humanos não têm sentido na minha vida cotidiana (em %)

Concordo plenamente
 Não concordo, nem discordo
 Discordo plenamente
 Não sei

Fonte: Pesquisa Human Rights in 2018, Instituto Ipsos



Viviane Queiroz nasceu prematura e nunca enxergou. Ela toma três ônibus para chegar ao campus Darcy Ribeiro

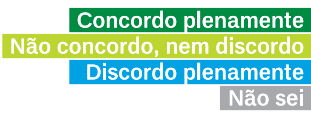
REALIDADE BRASILEIRA

Especialistas apontam várias hipóteses para justificar esse fenômeno social de não reconhecimento dos direitos humanos. Altos índices de violência, sensação de impunidade, privação de direitos essenciais e uma experiência democrática recente entram na lista de possíveis explicações. “Os direitos humanos se constituem por movimentos de luta pela dignidade humana e esta deve ser garantida a todos, fato que não se efetiva. Além disso, a fragilidade da democracia brasileira reforça o discurso de que os direitos humanos seriam privilégios e não direitos”, analisa a professora da Faculdade de Educação da UnB Sinara Zardo.

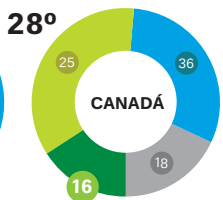
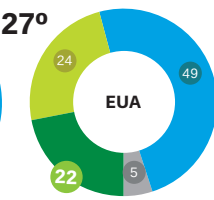
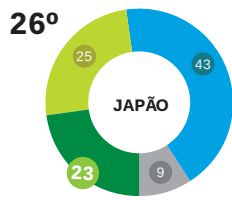
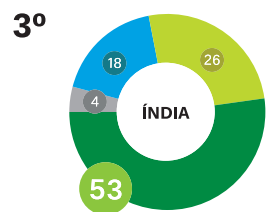
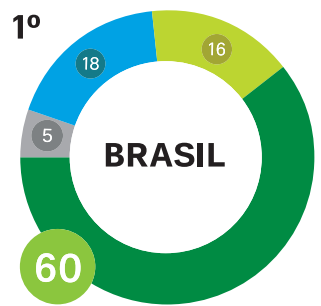
A educadora complementa que a falta de correspondência entre conceitos e práticas ocorre também porque a maior parte dos brasileiros não se reconhece como sujeito de direito, ou seja, possuidor e legítimo protagonista no exercício dessas garantias.



As únicas pessoas que se beneficiam dos direitos humanos são as que não merecem, como criminosos e terroristas (em %)



Fonte: Pesquisa Human Rights in 2018, Instituto Ipsos



Paralelamente, os indicadores socioeconômicos do Brasil, nas mais diversas áreas, desvelam outras motivações para a construção de uma percepção negativa em relação aos direitos humanos.

Dados divulgados em setembro deste ano pelas Nações Unidas mostram que o Brasil ocupa a 79ª posição entre 189 países no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O levantamento considera o progresso de uma nação a partir da saúde, renda e educação, medidas por escala que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O índice do Brasil é de 0,759. Na América Latina, fica atrás de Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. Do outro lado, Noruega, Suíça e Austrália apresentam os melhores resultados.

A diferença entre os mais ricos e os mais pobres agrava a situação dos brasileiros. O país está entre as dez nações mundiais com o pior *Coefficiente de Gini*, índice que mede a concentração de renda. Estudo feito em 29 países pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) indica cinco lugares nos quais a parcela mais rica da população recebe mais de 15% da renda nacional: África do Sul, Argentina, Colômbia, Estados Unidos e Brasil. Aqui, a população que representa 1% dos mais ricos concentra entre 22% e 23% do total da renda interna. A média internacional é de 12%.

Os números na área de segurança pública também assustam. Pela primeira vez na história, o país superou a marca de 62,5 mil homicídios em um ano. São 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, patamar 30 vezes maior do que o registrado na Europa. As informações referem-se a 2016 e foram publicadas no *Atlas da Violência 2018*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em dez anos, mais de meio milhão de pessoas perderam suas vidas em decorrência da violência intencional.

As polícias registraram, também em 2016, quase 50 mil estupros em todo o país. No entanto, o próprio *Atlas da Violência* reconhece que a quantidade é subnotificada e cerca de 90% dos casos não são reportados aos órgãos oficiais. Com isso, estima-se que a prevalência varie de 300 mil a 500 mil a cada ano no Brasil. Os dados ainda revelam que 68% dos registros no sistema de saúde são de estupros cometidos contra crianças e adolescentes menores de 18 anos.



DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO

As estatísticas comprovam que, no Brasil, os pretos e pardos são a maioria dos analfabetos, têm menor acesso à educação, estão entre os segmentos mais pobres e compõem a maior parte da população carcerária. Em termos de trajetória profissional, estão entre a maioria dos desempregados, recebem os menores salários e ocupam os postos hierárquicos mais baixos. Para além da frieza das pesquisas, essas pessoas fazem parte de um segmento excluído socialmente, portanto, vulnerável a violações de direitos humanos.

A pesquisadora Renisia Garcia, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da UnB, afirma que o processo histórico de sistematização da discriminação racial no país estruturou o alicerce desse cenário de desigualdade. “O que era antes preconceito racial se configurou em discriminação e passou a estruturar uma sociedade que trata cidadãos e cidadãs de forma racialmente diferenciada”, considera.

Especialista em políticas públicas e questões raciais, Renisia argumenta que desde a escravidão no Brasil, a população negra é tratada como inferior. O *Atlas de Violência 2018* ilustra essa herança. A taxa de homicídio da população negra, por exemplo, foi de 40,2 para cada 100 mil habitantes. O mesmo indicador para o resto da população foi de 16 mortes. Simplificando os números, 71,5% das pessoas assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas.

Embora o perfil da maioria das vítimas de assassinato seja composto por homens jovens e negros, os números também revelam a situação de vulnerabilidade do público feminino. Em 2016, foram assassinadas 4.645 mulheres, o equivalente a 4,5 mortes para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, a taxa de homicídios das mulheres negras aumentou 15,4%. Entre as não negras houve queda de 8%. “As mulheres negras no Brasil estão na lanterninha. Elas são as menos empregadas, as mais violentadas e as que mais têm seus filhos assassinados”, pondera Renisia.

HORIZONTES

Se os dados explicitam um cenário pessimista, as respostas dos pesquisadores da área convergem para um caminho de esperança: a educação em direitos humanos. “Investir na formação de sujeitos do direito, conhecedores dos seus direitos e deveres. Conscientes no exercício de sua cidadania e no reconhecimento de si e do outro, valorizando as diferenças e a diversidade,

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

- 1º - Noruega – 0,953
- 2º - Suíça – 0,944
- 3º - Austrália – 0,939
- 4º - Irlanda – 0,938
- 5º - Alemanha – 0,936

79º - Brasil – 0,759

- 185º - Burundi – 0,417
- 186º - Chade – 0,404
- 187º - Sudão do Sul – 0,388
- 188º - República Centro-Africana – 0,367
- 189º - Níger – 0,354

A escala varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano
Fonte: PNUD 2018

condições essenciais para a construção da democracia e da justiça social”, resume a professora Sinara Zardo.

Com esse propósito, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da UnB oferece atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para membros da comunidade interna e externa. Há três décadas, o Centro trabalha os direitos humanos sob diversas perspectivas. Atualmente, possui grupos de núcleos temáticos e dois programas de pós-graduação, além das disciplinas ofertadas semestralmente, abertas a estudantes de qualquer curso.

A promoção de uma cultura de mais respeito, solidariedade, equidade e cidadania também integra as políticas da Universidade de Brasília. O marco desse compromisso foi a criação, em 2017, do Conselho de Direitos Humanos (CDHUnB), presidido pela reitora Márcia Abrahão. O plano que irá orientar as ações internas de consolidação desses direitos e de enfrentamento às suas violações está em fase de elaboração. O documento ainda receberá contribuições da comunidade universitária. Durante todo o ano de 2018, a campanha institucional *UnB Mais Humana* também homenageia os 70 anos da Declaração Universal de 1948 e promove ações de conscientização e de debate sobre a temática.

Elvis Silva Magalhães

Presidente da Associação
Brasiliense de Pessoas com
Doença Falciforme (Abradfal)

**“A pouca valorização
do SUS me entristece.
É o único serviço que
realmente cuida de
todos, não importa
se rico ou pobre”**

SAÚDE, UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

A saúde é um direito social básico para o exercício da cidadania. No Brasil, o atendimento universal e gratuito foi legalmente instituído em 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Anteriormente, a saúde pública era destinada apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, à época cerca de 30 milhões de pessoas.

O SUS nasceu para atender a previsão da Constituição Cidadã de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Hoje mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente dos serviços de saúde pública, o que equivale a cerca de 150 milhões de pessoas, segundo dados do Ministério da Saúde.

Um desses cidadãos é Elvis Silva Magalhães, 51 anos, ex-portador da doença falciforme, enfermidade genética e hereditária caracterizada por mutação em células do sangue, que adquirem a forma de meia-lua ou foice — daí o nome da patologia. Ele é autor de *Quatro décadas de lua minguante*, obra que relata sua história, narrada a partir de inúmeros momentos de dor e superação, além de constantes internações e atendimentos hospitalares.

“Será que não haveria um melhor cuidado se todos, digo, todos os brasileiros, fossem obrigados a ter atendimento nos hospitais públicos? Refiro-me aos governadores, deputados, senadores da república, juízes e outras autoridades. Eles deveriam saber o que o povo, mais especificamente os doentes crônicos têm passado nas filas das emergências e nos ambulatórios”, questiona Elvis no livro.

Entre os sintomas frequentes da doença falciforme estão fortes crises de dor, anemia e icterícia (cor amarelada nos olhos e na pele). Segundo a Organização Mundial de Saúde, o índice de letalidade da patologia em crianças com até cinco anos de idade e sem acesso a cuidados de saúde é de 80%. O tratamento adequado reduz esse percentual para 1,8%.

A família de Elvis experimentou duas faces dessa realidade. Seus pais perderam uma filha de dois anos, vítima da doença falciforme, à época não diagnosticada. Elvis nasceu pouco depois e passou a apresentar os mesmos sintomas da irmã: choro intenso, olhos amarelados, pele pálida e abdômen inchado.

“Foi difícil porque os médicos sabiam pouco sobre a doença. Meus pais moravam no interior de Goiás e fizeram uma peregrinação atrás do diagnóstico, concluído quando eu tinha dois anos”, conta Elvis. Sua família iniciou, então, a busca pelo tratamento que salvou sua vida, processo de luta constante pela eficácia da saúde pública.

Os cabelos já estão grisalhos, mas Elvis não perde o entusiasmo por ajudar o próximo. Ele é um defensor do sistema público de saúde: “A pouca valorização do SUS me entristece. É o único serviço que realmente cuida de todos, não importa se rico ou pobre. Transplantes, vacinação, tratamento de câncer e tantos outros cuidados são realizados na rede pública. Estou vivo graças ao SUS e aos bons profissionais que encontrei”.

Frente aos obstáculos enfrentados por pessoas com doença falciforme, Elvis busca ater seu olhar às conquistas das últimas décadas. Um marco importante foi a introdução, em 2001, da patologia no rol do Teste do Pezinho, exame de triagem neonatal obrigatório. “Com o teste, há o diagnóstico nas primeiras semanas de vida. Antes, muitas crianças morriam por falta dessa informação”, considera.

Outro marco foi estabelecido em 2005, com a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, ou seja, doenças ocasionadas por alterações na hemoglobina. No mesmo ano, Elvis tornou-se um dos primeiros brasileiros a submeter-se a transplante de medula, em busca da cura da doença falciforme, procedimento realizado em regime de pesquisa pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP).

“Nos hospitais de Brasília, minhas últimas internações foram em cadeiras de madeira e metal, por falta de macas. Eu não aguentava mais essas condições. Para mim, o transplante de medula era a única esperança”, lembra Elvis, que hoje é ex-portador da patologia. Ele ainda convive com sequelas, como a cardiomegalia (coração aumentado) e outras complicações que o levaram a um transplante de fígado recente.

A cura da doença falciforme o impulsionou a lutar pela inserção do transplante de medula na lista de tratamentos do SUS — causa que o levou a fundar, em 2009, a Associação Brasileira de Pessoas com Doença Falciforme (Abradfal). A conquista aconteceu em 2015, com a aprovação do tratamento para pacientes com até 16 anos. Para Elvis, o grande triunfo veio em 2018, quando a restrição da faixa etária foi eliminada e todas as pessoas com doença falciforme de qualquer idade passaram a ter possibilidade de cura via transplante medular.

Elvis acredita que a mobilização cidadã é o caminho para transformar a realidade social, como afirma, emocionado: “Convivi por 38 anos com a doença. Passei por muitos hospitais e conheci gente de todas as classes sociais. Percebi que a única forma de mudar essas histórias é batalhar pela criação de leis e de políticas públicas. A luta pela vida e pelos direitos humanos não tem preço”.

O engajamento de Elvis inspirou docentes da UnB a lutar por políticas públicas de saúde. Para a professora Maria Inez Montagner, do curso Saúde Coletiva da Faculdade UnB Ceilândia, foi importante conhecer Elvis e saber das dificuldades das pessoas com doença falciforme no Distrito Federal. “Ele fez uma palestra na disciplina *Pensamento Social em Saúde*. Falou da importância da criação de um cadastro para estimar a quantidade de usuários com essa demanda”, lembra.

A UnB fez parcerias com a Fundação Hemocentro e com o Hospital da Criança, e os estudantes auxiliaram na força-tarefa para montar o cadastro. A iniciativa motivou a criação, em 2016, do Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade (ObVul), em um trabalho conjunto de pesquisadores da área da saúde e das ciências humanas e sociais da UnB.

A partir daí, o ObVul expandiu sua atuação para abranger outras populações em vulnerabilidade — negra, cigana, quilombola, indígena, LGBT. O objetivo do Observatório é gerar dados e indicadores por meio de pesquisas empíricas para subsidiar a tomada de decisões e a elaboração de políticas públicas.

“Trabalhamos como articuladores entre a sociedade civil e o poder público. Nosso papel é identificar demandas e fornecer resultados. Estamos formando uma rede com especialistas de todo o país. Começamos pequenininhos e, aos poucos, seguimos crescendo”, finaliza a professora Maria Inez, que hoje é coordenadora do Observatório.

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS: RETRATO DE UM BRASIL DESIGUAL

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, 2% do total de estabelecimentos agropecuários do país ocupam 58% das terras destinadas para esse fim. O dado revela a concentração de terras nas mãos de latifundiários, já que os demais 98% dos estabelecimentos dividem entre si uma fatia menor do território.

Nos municípios onde a agricultura é a atividade econômica mais relevante, quanto maior a concentração fundiária, maior a concentração de renda, segundo a ONG Oxfam Brasil. Por outro lado, municípios com melhor distribuição agrária apresentaram maiores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de PIB per capita, resultado da divisão do Produto Interno Bruto pelo número de habitantes.

Vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Darcy Frigo avalia que “a concentração de terra resultou na expulsão das populações rurais e gerou um contingente de milhões de pessoas vivendo precariamente nas periferias urbanas”. Frigo reforça que o território é disputado palmo a palmo, resultando em graves conflitos fundiários, com ameaça às populações locais mais vulneráveis.

“O agronegócio não avança apenas sobre a Amazônia, com desmatamento, criação de gado e monocultura de grão, em especial da soja. Ele expande-se sobre todas as regiões do país; tenta invadir áreas indígenas e quilombolas, desconstruir a reforma agrária e enfraquecer a agricultura familiar”, analisa Frigo.

O vice-presidente do CNDH alerta ainda que a expansão do agronegócio domina o cenário econômico nacional e está atrelada à produção das *commodities* de minérios e grãos, o que resulta na desindustrialização do país e em uma economia sem autonomia no panorama global. Para ele, outra situação grave é o aumento no uso de agrotóxicos e na produção de alimentos transgênicos sob o viés de interesses comerciais.

Ainda na questão da terra, Frigo alerta para as violações sofridas por populações atingidas por grandes empreendimentos, como barragens ou mineradoras. “A tragédia de Mariana e o vazamento de rejeitos de refinaria em Barcarena (PA) são casos de depósitos de rejeitos e barragens em condições inapropriadas, resultando em uma tragédia com perda de vidas humanas e gravíssimos crimes ambientais”, lamenta Frigo, comentando a falta de controle efetivo sobre como são estruturados esses polos industriais.

Ilustrações e foto **Marcelo Jatobá**



2% DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS OCUPAM 58,3% DAS TERRAS

98% DOS ESTABELECIMENTOS DIVIDEM ENTRE SI 41,7% DAS TERRAS

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

5 de novembro de 2015 — data do maior desastre ambiental já ocorrido no país, o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco. Os rejeitos de minério espalharam-se pelo Rio Doce, em Minas Gerais, e avançaram até o estado do Espírito Santo, distribuindo lama até o litoral sul da Bahia.

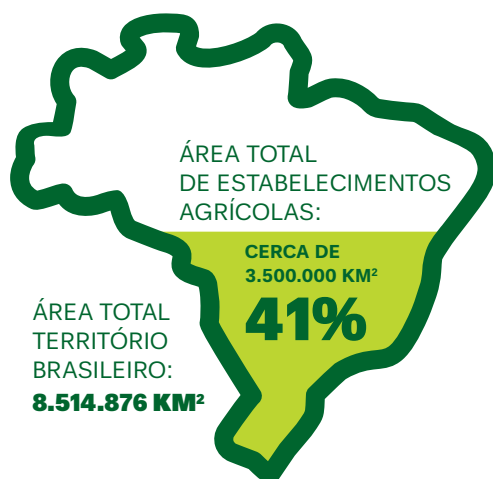
Além de matar 19 pessoas, o tsunami de lama destruiu os povoados de Bento Rodrigues e Gesteira (MG), arrasou plantações e estabelecimentos comerciais, e percorreu mais de 600 km pelo Rio Doce até chegar ao Oceano Atlântico, devastando a fauna e a vegetação em seu caminho.

Já em 2018, a população residente em Barcarena (PA) também foi atingida com a contaminação em águas do Rio Pará. Os danos ambientais têm como causa o despejo de rejeitos de bauxita da empresa Hydro Alunorte, maior refinaria de alumínio do mundo, localizada no polo industrial da região.

A HISTÓRIA DA TERRA

Da colonização até 1832, o sistema de sesmarias permitiu a concessão de terras a amigos do rei. A partir de 1850, a Lei de Terras instituiu que só teria direito a terreno quem pudesse pagar por ele — processo excluyente para a maioria da população brasileira, formada à época por ex-escravos, imigrantes e pessoas sem poder aquisitivo.

A propriedade da terra foi se perpetuando na mão das oligarquias rurais, fortalecendo também a influência política desse grupo. Na segunda metade do século XX, ganhou força a luta pelo acesso à terra e moradia, bandeira hasteada por diversos movimentos sociais e sindicais. Em 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, instituindo a promessa de uma reforma agrária até hoje não implementada.



CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) tem composição paritária com 11 representantes da sociedade civil e 11 do poder público. O órgão atua no Brasil por meio de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras. Violações graves ou recorrentes são encaminhadas ao Conselho pelo Disque 100.

O CNDH também fiscaliza e monitora políticas públicas e o Programa Nacional de Direitos Humanos. O órgão pode expedir recomendações a entidades públicas e privadas; elaborar propostas ou opinar sobre atos normativos e legislativos; instaurar procedimentos apuratórios e aplicar sanções, a exemplo de advertências, censura pública, e recomendação de afastamento de cargo.

Segundo o vice-presidente do Conselho, Darcy Frigo, na presente conjuntura o órgão tem se manifestado sistematicamente contrário à reforma trabalhista e ao teto de gastos públicos consolidado na Emenda Constitucional 95/2016. “Conquistas econômicas, sociais e culturais não são passíveis de retrocesso”, defende Frigo e menciona a campanha *Direitos valem mais, não aos cortes sociais* apoiada pelo CNDH.

EXISTIR E RESISTIR: O LUGAR DO INDÍGENA NO BRASIL

Fetxawewe Tapuya Guajajara Veríssimo, 19 anos, herdou do pai, o falecido pajé Santxiê Tapuya, o gosto pela medicina indígena. Crescer cercado pela natureza e imerso nas tradições de sua etnia o fez conhecer desde muito cedo o potencial de cura da biodiversidade do Cerrado. Do quintal de casa extraía os recursos para seu aprendizado: “Colhíamos sementes e frutos. Meus pais me ensinavam para que servia cada planta”, recorda.

A vista do lugar era outra: a comunidade indígena do Bananal, no final da Asa Norte, hoje está cercada por prédios e asfalto. Árvores, animais e nascentes, que antes forneciam o sustento das famílias, já não existem com tanta abundância. Bermuda, camiseta vermelha, colar de sementes, brinco de pena, óculos, e marcas, praticamente apagadas, de pinturas pelo corpo compõem o visual do indígena durante entrevista à *Darcy*.

“Nunca acreditávamos que ia faltar água, nossos alimentos, como pequi, cajuzinho do cerrado, nem animais, como tatu, lobo guará e tamanduá bandeira”, lamenta Fetxawewe, cujo nome, uma mistura da língua yatê com tupi, significa “raio e brilho do sol”.

O pai, Santxiê, foi um dos primeiros indígenas a se fixar em definitivo na região, após a fundação de Brasília. O pajé deixou a cidade de Águas Belas, no sertão pernambucano — terra originária dos povos fulni-ô tapuya — para chegar ao Planalto Central em busca de melhores condições de vida.

“Os indígenas fixaram-se ali porque havia alimentação e água nas proximidades. Meu pai chegou há mais de 40 anos, conta o jovem estudante de Direito. Fetxawewe viu a especulação imobiliária ameaçar a permanência de seus iguais. Originalmente com mais de 50 hectares, a área, hoje conhecida como Santuário dos Pajés, servia como ponto de pouso e de encontro para cerimônias religiosas, na época da construção da capital federal.

Logo estabeleceu-se forte conexão entre os novos moradores e o território. “Pajés, xamãs, curandeiros e

rezadeiras vieram para cá e sentiram as forças espirituais do local, por isso é chamado Santuário dos Pajés”, explica o herdeiro fulni-ô tapuya. Os indígenas também relataram a existência de um cemitério ancestral, onde foram enterrados os pertences dos falecidos que por ali transitaram. Esses indícios os levaram a considerar as terras como sagradas.

Quando se iniciou a construção do setor habitacional Noroeste, uma das últimas do Plano Piloto de Brasília, as famílias reivindicaram a posse da terra a partir de 2008. Um acordo para demarcação do terreno para 32,4 hectares foi firmado com a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) em junho de 2018. O reconhecimento trouxe alívio para a etnia fulni-ô tapuya, única contemplada nas negociações. Outras etnias que habitam áreas próximas do Santuário, como os karirixocó e os tuxá, deverão ser realocadas.

A conquista do Santuário, entretanto, não foi pacífica. Em meio ao avanço de edifícios que ali se erguiam com a promessa de estruturar o primeiro bairro ecológico do país, perseguição e violência impactaram a vida dos indígenas. Preocupado com as ameaças, o pai decidiu mandar Fetxawewe e o irmão para o Maranhão. Fetxawewe só pôde retornar quatro anos depois. As ameaças permaneceram. Sua casa foi invadida e a água dos mananciais que alimentavam o Santuário foi contaminada.

“Já aconteceu de entrarem na nossa casa e não levarem nada, ou chutarem a porta, só para assustar”, relata. As situações de insegurança não fizeram sua família desistir. Em outro episódio de violência, o jovem atirou-se na frente de homens armados e tratores que adentraram o local para desmatá-lo: “Só estávamos eu e minha mãe. O motorista de um dos veículos falou que se eu não saísse, ia embora num saco preto, porque índio não merecia terra. Eu não saí. Fui arrastado por cem metros”.

O jovem também se lembra da destruição do herbário. A coleção teria sido reunida por Santxiê e

Foto Luis Gustavo Prado

Fetxawewe põe o cocar, símbolo de conexão com sua identidade, e a camiseta, para defender a terra dos ancestrais





Rituais de cura, como a Jurema Sagrada e o Ayahuasca, são praticados no Santuário dos Pajés

possuiria cerca de 800 espécies de plantas medicinais, além de exemplares de outros biomas brasileiros. “Era um herbário reconhecidíssimo por causa das plantas fitoterápicas do Cerrado. Em um dos ataques que sofremos, ele foi queimado. Sobraram pouquíssimas mudas”.

Com o processo de demarcação finalizado, os ataques cessaram. Preconceito, desrespeito e medo persistem. Preservar as tradições em meio ao caos urbano é um desafio. Rituais de cura praticados pela comunidade, como a Jurema Sagrada e o Ayahuasca — ambos envolvendo a ingestão de bebidas psicoativas à base de raízes ou de plantas nativas da floresta amazônica —, tornaram-se cada vez mais raros nos últimos tempos, em função da falta de privacidade.

“Temos que fazê-los de madrugada, porque às vezes aparecem drones para nos observar ou alguém coloca uma música bem alta nos prédios. Precisamos muito de um momento com a natureza e com nossa espiritualidade e ancestralidade para cultivar aquilo em que acreditamos”, revela.

TENSÕES AGRÁRIAS

A situação das comunidades do Santuário dos Pajés é similar à de outros povos indígenas que lutam por suas terras no Brasil, fato historicamente relacionado a conflitos. Os embates ocasionam o desalojamento de comunidades, comprometem as condições de vida daquelas ainda existentes e podem levar ao extermínio de algumas etnias.

“O indígena vive no próprio país a situação de um refugiado”, compara o pesquisador do Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (Obind) na UnB, Cristhian Teófilo. Em especial, a expansão do agronegócio e a exploração de recursos naturais, como minérios e madeira, ameaçam a permanência desses povos em suas terras nas últimas décadas.

Em 2016, foram registrados 59 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio em áreas reivindicadas ou demarcadas. Desses, grande parte estava relacionada à retirada ilegal de madeira. No mesmo ano, 12 conflitos por direitos territoriais ocorreram no país, alguns com desfechos violentos. Os dados são do Conselho de Missionários Indigenistas (Cimi).

A escalada das ações violentas e a ineficácia das medidas protetivas aos direitos dos indígenas também resultam em mortes trágicas. Dos 70 assassinatos em tensões por terra contabilizados em 2017 pela Comissão Pastoral da Terra, 13 foram contra indígenas.

Para intervir nessas situações, pesquisadores do Obind têm monitorado, por meio de sites governamentais, da sociedade civil e de organizações indigenistas, além de alertas das próprias comunidades, a ocorrência de conflitos entre indígenas e latifundiários no Brasil. O grupo também acompanha ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal referentes a disputas envolvendo povos indígenas. Estudos e monitoramento de políticas públicas voltadas aos indígenas e das violações de seus direitos também integram as ações do Observatório.

TERRAS SEM DONO

A insegurança das populações indígenas é agravada pela morosidade nos trâmites para oficialização de seus territórios. Existem atualmente 1.296 terras indígenas no país, mas o Cimi aponta um passivo de 836 áreas a serem demarcadas. Dessas, 63,3% não tiveram qualquer procedimento administrativo tomado por parte dos órgãos federais.

O pesquisador Cristhian Teófilo ressalta que o direito à territorialidade, garantido pela Constituição, está atrelado à própria sustentação da identidade desses povos. Mesmo assim, o cenário atual é de ameaça à efetivação desse direito, na visão do especialista.

Entre os obstáculos, uma proposta de emenda constitucional em tramitação quer transferir a competência de demarcação das terras do poder Executivo ao Congresso Nacional; proibir a ampliação de terras já demarcadas e oferecer indenização aos atuais proprietários das áreas, benefício hoje concedido somente pelas benfeitorias realizadas nos locais.

Para Teófilo, se aprovadas, tais medidas beneficiariam os ruralistas e tornariam mais vulnerável a situação das comunidades tradicionais, dando margem para a exploração econômica de seus territórios. Apesar de descrever os padrões de demarcação e regularização das terras como exemplares, o pesquisador pondera que o acompanhamento após os processos é falho. “Os instrumentos de fiscalização existem, mas não são eficazes. A maioria dos territórios indígenas está invadida. A fiscalização e a manutenção são precárias”, analisa.

A participação indígena nos processos políticos é primordial para mudar esta realidade e avançar na garantia de seus direitos constitucionais, na análise de Teófilo, que opina: “A falta de representação indígena na nossa política institucional os coloca em grande desvantagem, gerando problemas, como projetos de desenvolvimento que são decididos à revelia da consulta a eles”.

ENTREVISTA

UMA PERSPECTIVA GLOBAL

Entrevista exclusiva de Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz da Corte Internacional de Justiça em Haia e professor emérito da UnB

Foto CIJ / ONU / Divulgação



A Declaração Universal de 1948 foi histórica e marcou “um movimento irreversível de resgate do indivíduo como sujeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, dotado de plena capacidade jurídica internacional”, diz **Antônio Augusto Cançado Trindade**, juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com sede em Haia (Holanda). Cançado Trindade é membro do principal órgão jurídico da Organização das Nações Unidas desde 2009, quando recebeu, da Assembleia Geral da ONU, a maior quantidade de votos da história das eleições para a Corte. Reeleito em 2017, é o primeiro brasileiro a ocupar a cadeira na CIJ por dois mandatos. Obteve apoio unânime de todos os países da América Latina em ambas as votações. Também integrou e presidiu, em dois períodos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

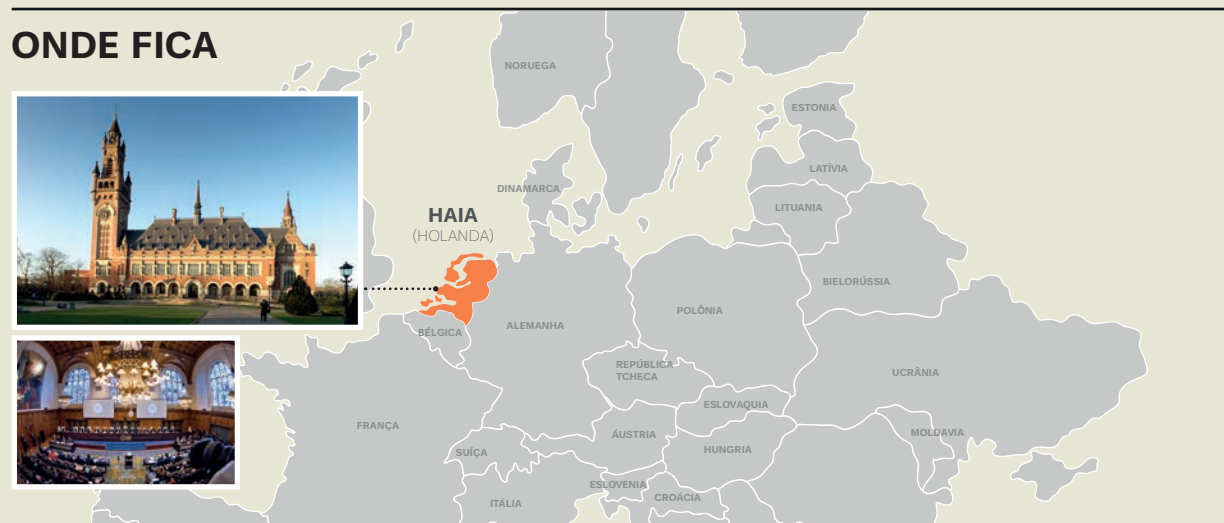
No Brasil, teve importante papel em defesa da adesão do país a tratados gerais de proteção internacional dos direitos humanos; no reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e na elaboração de dispositivo constitucional que garante a incorporação ao direito interno brasileiro de todos os direitos humanos consagrados em tratados internacionais dos quais o país seja parte.

“Não sou notícia, faço história. Muito discretamente, venho fazendo história ao longo de mais de três décadas, inclusive na solução de importantes controvérsias em duas jurisdições internacionais e também mediante pareceres a organismos internacionais, como Acnur, Unesco, OEA e Conselho da Europa”, afirma. Atualmente, o juiz Cançado Trindade também é o guardião dos Arquivos de Nuremberg, ampla documentação sobre os crimes nazistas durante a II Guerra.

ONDE FICA



Fotos CIJ / ONU / Divulgação



Darcy – O que representa comemorar sete décadas da Declaração Universal de Direitos Humanos?

Antônio Augusto Cançado Trindade – O ano de 2018 é particularmente significativo: marca os 70 anos das declarações Universal e Americana dos Direitos Humanos, assim como da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, adotada na véspera da Declaração Universal, em 9 de dezembro de 1948. A Declaração de 1948 abriu caminho à adoção de sucessivos tratados e instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, que hoje operam em base regular e permanente nos planos global e regional. Foi uma interpretação autêntica da própria Carta das Nações Unidas, no tocante a suas disposições sobre direitos humanos, dando assim conteúdo a algumas de suas normas. A Carta das Nações Unidas foi o tratado, assinado em 1945, que estabeleceu a ONU.

A Declaração de 1948 fortaleceu-se ao refletir normas do direito internacional consuetudinário; seus princípios passaram a ser vistos como princípios gerais do direito. No decorrer de sete décadas de extraordinária projeção histórica, a Declaração Universal adquiriu uma autoridade que seus redatores jamais teriam imaginado ou antecipado. A comunidade internacional como um todo deu-lhe a dimensão que hoje tem. Porém, ainda resta um longo caminho a percorrer.

Darcy – Então, o documento retém a atualidade face aos novos desafios?

AACT – Sim, continua a inspirar o labor pela salvaguarda dos direitos da pessoa humana: os contínuos atentados aos direitos humanos requerem a preservação de seu legado histórico, e novas iniciativas. Às violações tradicionais, em particular de alguns direitos civis e políticos, que infelizmente continuam a ocorrer, têm-se somado graves discriminações (contra membros de minorias e outros grupos vulneráveis, de base étnica, nacional, religiosa e linguística), além de violações de leis fundamentais, do direito internacional humanitário e do direito internacional dos refugiados.

As próprias formas de violação têm se diversificado. Por exemplo, as cometidas por grupos clandestinos de extermínio, ou agentes não-identificados, sem indícios aparentes da presença do Estado, como no caso das vítimas indefesas do tráfico de pessoas. O atual paradigma de proteção (do indivíduo vis-à-vis o poder público) corre o risco de tornar-se insuficiente e anacrônico, por não se mostrar equipado para encarar as violações, entendendo-se que, mesmo nestes casos, permanece o Estado responsável por omissão, por não tomar medidas positivas de proteção.

No tocante aos padrões consistentes de violações sistemáticas e continuadas de direitos humanos, a

preocupação dos órgãos internacionais de proteção é desenvolver mecanismos de prevenção e seguimento, tendentes a cristalizar um sistema de monitoramento contínuo dos direitos humanos em todos os países. No longo caminho que resta a percorrer, somente à luz de uma visão necessariamente integral de todos os direitos humanos avançaremos com eficácia na obra de construção de uma cultura universal de observância dos direitos inerentes à pessoa humana.

Darcy – Quais as suas prioridades neste segundo mandato na Corte Mundial?

AACT – Sustento com fidelidade o legado dos postulados da doutrina jurídica latino-americana e sua contribuição ao desenvolvimento progressivo do direito internacional. E, desde 2004, venho representando — e continuarei a fazê-lo — toda a América Latina no Conselho Diretor da Academia de Direito Internacional da Haia, que funciona, juntamente com a CIJ, no mesmo Palácio da Paz.

Prossegurei em meu empenho em fazer avançar a visão humanista da missão comum dos tribunais internacionais contemporâneos, de realização da justiça. Além disso, continuarei atualizando, em novas edições, alguns de meus livros publicados nos últimos anos em vários países e em distintos idiomas. A esse respeito, sou o sexto juiz (o único de todo o continente americano) a ter os votos individuais incluídos na coletânea Juízes, da principal editora jurídica europeia, a Nijhoff. Meus votos em ambos os tribunais internacionais encontram-se publicados também em língua francesa (em Paris) e em espanhol (na cidade do México).

Darcy – Qual sua análise sobre sua atuação na Corte Mundial?

AACT – Estou engajado na solução de todas as questões atualmente pendentes na CIJ sobre distintas áreas do direito internacional, o que me encanta: cada caso é um universo em si mesmo, quanto à temática e ao volume da documentação, e quanto às controvérsias apresentadas para decisão pela CIJ. Os casos contenciosos interestatais e os pedidos de parecer são muito documentados. Quanto à fase escrita do procedimento, é este o tribunal internacional mais documentado que existe (conheço também os demais); soma-se a documentação adicional apresentada posteriormente na fase oral, das audiências. No futuro próximo, haverá matérias de alta complexidade diante da CIJ, como tem ocorrido nos três últimos anos.

Por exemplo, no caso da Aplicação da Convenção contra o Genocídio (2015), que encerrou as guerras nos Bálcãs ao longo da década de 1990, em que a CIJ evitou determinar uma violação daquela Convenção, apresentei um longo voto dissidente no qual alertei para a necessidade de interpretar e aplicar o referido acordo com atenção voltada aos grupos de indivíduos vulneráveis, e não às susceptibilidades dos Estados. Também alertei, em meu voto dissidente, no caso das Imunidades Jurisdicionais dos Estados (2012), para a necessidade de assegurar a proteção da pessoa humana face aos crimes internacionais e à invocação indevida de imunidades estatais.

Em 2016, no julgamento sobre Armas Nucleares, em que a CIJ rechaçou demandas interpostas pelas Ilhas Marshall, apresentei extensos e contundentes votos,

em que condenei firmemente as armas nucleares e conclamei todos os Estados ao pronto cumprimento da obrigação universal de desarmamento nuclear. Sou o primeiro dos juízes da CIJ, em toda a sua história, a ser reeleito pela ONU à Corte depois desta condenação das armas nucleares.

Em breve, a CIJ terá que determinar as reparações em relação ao conflito armado e aos massacres na região dos Grandes Lagos na África (ocorridos na segunda metade da década de 1990), tidos como a Guerra Mundial Africana, esquecida com seus mais de 4 milhões de vítimas. E também iniciará o procedimento para atender ao pedido de parecer, a nós formulado recentemente pela Assembleia Geral da ONU, sobre a questão do reassentamento dos habitantes do arquipélago de Chagos, no contexto do processo histórico de descolonização das Ilhas Maurício.

Darcy – O senhor é o responsável pela custódia dos Arquivos de Nuremberg, documentação sobre crimes nazistas durante a II Guerra. Quais os projetos para proteção destes conteúdos?

AACT – Enquanto presidente da Comissão da Biblioteca da CIJ, eleito e reeleito por meus pares, tenho me dedicado à preservação e divulgação dos Arquivos de Nuremberg, e me sinto honrado em fazê-lo, em benefício da comunidade internacional. É algo de suma importância, ainda mais em nossos dias, face à onda inaceitável de negacionismo que hoje nos aflige.

Em fevereiro deste ano, lançamos um livreto narrando e explicando todo o conteúdo destes arquivos. Uma vez digitalizados, já com o aval da consultoria jurídica do Secretário Geral da ONU e o consentimento das quatro potências aliadas da II Guerra Mundial, eles serão apresentados nas exposições permanentes do Museu Memorial do Holocausto (em Washington, EUA) e do Memorial da Shoah (em Paris), e este fato é inédito. O acesso aos Arquivos de Nuremberg é restrito, sujeito a autorização prévia, dada a necessidade de sua preservação cuidadosa.

Em outubro de 2017, visitei pessoalmente, em Nuremberg, o Centro de Documentação recentemente aberto sobre as origens do nazismo. É impressionante e assustador. Também visitei o Palácio de Justiça, onde se realizaram os juízos do Tribunal de Nuremberg (1945-1946), marcando o fim do nazismo. Com esta visita, espero haver contribuído para consolidar a rota histórica de Nuremberg à Haia, na busca da realização da justiça no plano internacional. Mas o preocupante é que, posteriormente ao ocorrido na II Guerra Mundial, seguiram-se novos genocídios, em distintos continentes, como os do Camboja, Ruanda, Bálcãs, dentre outros.

Há que preservar a memória viva das trágicas devastações do passado, que provocaram milhões de vítimas civis inocentes, inclusive crianças. Afinal, os seres humanos realmente não aprendem as lições do passado, como podemos constatar no mundo altamente perigoso em que hoje vivemos, ou sobrevivemos, com a ameaça crescente das armas nucleares, e o lamentável ressurgimento do fascismo e do neonazismo em alguns países de distintos continentes. Os seres humanos têm — sempre tiveram — o bem e o mal dentro de si, de nossos dias até séculos de volta ao livro do Gênesis, o primeiro da Bíblia cristã.

A portrait of Maria Léo Aruana, a young woman with long, wavy brown hair and black-rimmed glasses. She is smiling and wearing a black tank top and blue jeans. Her hands are in her pockets. The background is a solid teal color.

**Maria Léo
Aruana**

Graduanda em
Direito

Mulher trans

**“Abrem a boca
para nos xingar.
Precisamos reduzir
opressores aos
locais de fala
deles. E mostrar
ao mundo a
necessidade de
acalmar o olhar
e perceber
as belezas e
possibilidades
das pessoas”**

Klebson Luiz da Silva

Graduando em
Ciências Naturais

Indígena

“A inclusão do indígena na universidade significa ocupação de espaços e forma de resistência. Estando aqui, somos inspiração para que outros deem este passo”



TODA PESSOA MERECE TER SAÚDE MENTAL

Texto **Tháise Torres e Lorany Steffany**
Fotos **Amália Gonçalves**
Ilustrações **Igor Outeiral**

Maranhense radicada em Brasília, Esteffany Rodrigues é evangélica, militante e está sempre bem arrumada. Mulher trans, conta que sempre se viu como mulher. “Meu sonho é andar de mãos dadas com meu marido,” diz ela, lembrando a infância: “Na minha cabeça eu era menina, sempre fui. Não sabia que existiam trans”.

“Sou muito vaidosa. Adoro me cuidar!”, afirma Esteffany. Ela faz zumba duas vezes na semana, unhas e escova aos sábados, além de depilação a cada 15 dias. Com muitos itens de perfumaria e maquiagem, está sempre com a pele radiante. “Tomo suplementos, antioxidantes, me hidrato bastante. É muito bom estar de bem comigo. Hoje sou feliz e serei plena quando fizer a cirurgia”, diz.

A incompatibilidade entre o gênero biológico e a expressão de gênero de Esteffany e de outras pessoas trans era considerada doença até este ano, na Classificação Internacional de Doenças — a CID F64. Registrada como “transtorno de





“Na minha cabeça sempre fui menina. Adoro bibelôs”

ESTEFFANY RODRIGUES



identidade sexual”, a incongruência de gênero deixou de ser considerada condição de saúde mental a partir de 2018.

A versão anterior é de maio de 1990 e a nova edição deve entrar em vigor somente em 2022. A mudança ainda não tem efeitos práticos nos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), mas atende a uma reivindicação antiga da população trans. Nesta nova classificação, as identidades trans deixam de ser consideradas transtorno de gênero e passam a ser diagnosticadas como incongruência de gênero, que é uma condição relativa à saúde sexual.

No entendimento de Gabriel Graça, homem trans e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, uma pessoa trans “corresponde a alguém que tem disforia de gênero, considerada pela Organização Mundial da Saúde como um transtorno que leva a pessoa a não se sentir confortável com o gênero que lhe foi designado socialmente”. Graça reflete que, “como é algo

que limita a expressão e a plena vivência do indivíduo, a disforia foi considerada um problema de saúde, que seria resolvida pela cirurgia de transgenitalização”.

A gerente da Diversidade do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) do Distrito Federal, Ana Carolina Silvério, observa que transexual e transgênero são termos ainda não pacificados no contexto LGBT e não são expressões sinônimas: “Pessoas transgênero estão nesse trânsito entre os dois gêneros. Elas podem não se reconhecer como mulher, não se reconhecer como homem. Não se reconhecem em nenhum dos gêneros ou se reconhecem nos dois gêneros”.

O que as pessoas transexuais desejam também varia, mas o fato é que elas não estão felizes com o gênero atribuído em seu nascimento e querem passar pelo processo de mudança de gênero, não necessariamente até a cirurgia de transgenitalização; podem se submeter, por exemplo, a tratamento hormonal.

O que é o processo transexualizador

Com o objetivo de atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero foi instituído, em 2008, o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2013, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), foi publicada a Portaria GM/MS nº 2.803, que redefiniu e ampliou esse processo.

Estruturada em forma de atenção básica e especializada, a portaria inclui as modalidades ambulatorial (acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia) e hospitalar (realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório). O documento estabelece que a idade mínima para o início da hormonioterapia é 18 anos, e para os processos cirúrgicos, 21 anos, desde que se comprove que houve o acompanhamento prévio de dois anos por equipe multiprofissional, a partir do Serviço de Atenção Especializada.

O Conselho Federal de Psicologia disponibilizou uma nota técnica sobre o “processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”. O documento possui orientações para que os psicólogos possam garantir o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde. A partir da compreensão de que as vivências trans são algumas das múltiplas possibilidades de experiência da sexualidade humana, a nota visa a humanização da atenção, não estando condicionada ao procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções.

Atualmente, no Brasil, existem nove serviços que realizam o processo transexualizador pelo SUS.



“Hoje sou eu mesmo”, afirma Renato Borges, homem trans que enfrentou resistência na família

Homem trans, ex-aluno da UnB e integrante da campanha *Trans não é doença*, Saulo Oliveira destaca que “historicamente, a patologização da identidade de gênero contribuiu, ao longo das décadas, para estigmatização, discriminação e outros abusos”. A travesti Aria Rita, estudante de Música da UnB, prefere que não conste o CID em seus laudos médicos. “Isso é um reflexo da patologização do início”, denuncia. “Não há mais espaço para essa ideia”, complementa Aria.

Para muitos pacientes transgênero, entretanto, encarar a questão como doença é uma forma de ter acesso às políticas públicas de saúde e à realização de procedimentos. “A maioria está lutando pelo reconhecimento social daquele gênero diferente do que lhe foi imposto, e não significa necessariamente cirurgia ou hormônio. Há gente que aciona instituições, como a escola ou a justiça, para que respeitem sua identidade de gênero”, explica a professora do Departamento de Sociologia (UnB) Berenice Bento, autora do livro *Transviad@s — gênero, sexualidade e direitos humanos*.

A psicóloga Tatiana Lionço lamenta que esse seja o caminho escolhido pelo SUS. Para a professora da UnB, a saúde

é um direito social. “O SUS não é apenas tratamento de doença e, sim, promoção da saúde e prevenção de sofrimento evitável”, reforça. Ela crê que o processo transexualizador (veja box) foi construído em torno de um discurso de doença, e por isso é difícil escapar de uma acepção patológica.

INVISIBILIDADE E PRECONCEITO

Segundo dados do Ministério da Saúde, de agosto de 2008 a setembro de 2017 foram realizados 428 procedimentos hospitalares e 21.935 procedimentos ambulatoriais relacionados ao processo transexualizador, incluindo as cirurgias de mudança de sexo.

A partir do momento em que a pessoa trans decide começar a hormonização, é necessário acompanhamento de um endocrinologista, que irá ajustar a dose e realizar controle de taxas hormonais no sangue periodicamente, além de ver a melhor maneira de administração do medicamento, já que a aplicação incorreta pode levar a problemas como trombose, que é a formação de coágulo (ou coágulos) nas veias. Além disso, são essenciais os profissionais de psiquiatria e psicologia.

“É uma população muito invisibilizada e que precisa lidar com uma carga de

preconceito altíssima, por isso é tão importante ter monitoramento do processo”, explica Célia Selem, coordenadora de Diversidade Sexual da Diretoria da Diversidade da UnB. Aria Rita conta que, ao começar a hormonização, sentiu os efeitos emocionais muito rápido. “Começou com cerca de dois meses e durou até os cinco. Eu parecia uma adolescente de novo. Meus seios começaram a aparecer com dois meses, porém isso varia de pessoa para pessoa.”

O professor de Medicina Gabriel Graça explica que o tratamento hormonal começa após a pessoa decidir explicitar sua decisão: “O indivíduo passa por uma nova puberdade. Ele vai ter todos os sintomas que uma pessoa do sexo que ele pretende teve durante a puberdade. A barba vai crescer e a voz engrossar, ou os seios vão crescer e a gordura corporal vai se acumular em locais associados ao sexo feminino”.

A questão emocional passa a ser, assim como na adolescência, algo difícil, já que a mudança corporal também gera mudanças psicológicas e cognitivas. “A maioria sofre rejeição, principalmente da família, e temos muitos casos de transtorno de ansiedade e depressão com ideação suicida, principalmente no momento de transição”, esclarece Isabel Amora, psicóloga clínica do Hospital Universitário de Brasília (HUB).

“Tudo o que nossos amigos passaram na adolescência, eu estou passando agora. Tanto na parte emocional, quanto física”, conta Renato Borges, homem trans que desde criança via o pai fazendo a barba e se perguntava como seria se barbear. No início da transição, ele enfrentou resistência da mãe, que hoje faz parte do grupo de Mães pela Diversidade.

“Provavelmente minha mãe, quando estava grávida de mim e viu o ultrassom anunciando o meu sexo, pensou em como seria escolher meu vestido de casamento e outras coisas que não aconteceram e não irão acontecer”, afirma. Renato, que sempre se viu como homem, chegou a ouvir que era como se uma pessoa tivesse morrido: “Só que é uma pessoa que nunca existiu. Hoje sou eu mesmo”.

Ele discorda da obrigação de precisar recorrer a terceiros para ter o direito de fazer mudanças em si mesmo. “É como se meu corpo não me pertencesse, não tenho autonomia para fazer uma cirurgia, mesmo que eu pague. Para fazer uma histerectomia [remoção do útero], preciso da autorização de um psiquiatra, não posso simplesmente falar que essa parte do meu corpo não é o que eu quero para mim”, desabafa.

Para o professor da UnB Edu Cavadinha, do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Nesp/UnB), é preciso rediscutir esse modelo que obriga indivíduos

diferentes a passar pelo mesmo procedimento compulsório. “Como saber se a pessoa precisa de exatos dois anos? Tem gente que precisa de mais, não só pela questão da transexualidade, como por outros elementos que integram a vida dos seres humanos. E tem gente que não precisa”, questiona.

A sanitarista Luana Dias identificou, em seu trabalho de conclusão de curso de Graduação, que a prática profissional do médico “tem sido marcada pelos padrões culturais heteronormativos”, o que resultaria em práticas de cuidado inadequadas e preconceituosas. Ela aponta que, muitas vezes, a atitude dos profissionais de saúde funciona como barreira no acesso das minorias aos cuidados apropriados. A pesquisa de Luana revelou que diversos pacientes transexuais experimentaram tratamento discriminatório, como, por exemplo, exames genitais não relacionados aos serviços solicitados.

“Foi a psicóloga que salvou minha vida”, diz Renato Borges. Ele relata que tomava banho o mais rápido possível porque não queria se tocar. “Evitava também fazer ligação e falar com outros ao telefone porque não queria ouvir minha própria voz”, conta. Ele gosta de comprar roupas “para fugir do básico sapatênis e camisa polo”. Ações cotidianas como ir à academia, aparar a barba e cortar o cabelo todo mês são aspectos da pessoa que ele é hoje.

Universidade de Brasília

O ambiente universitário pode ser bastante traumatizante para as pessoas que não fazem parte da hegemonia de gênero. Pensando nisso, a UnB criou a Diretoria da Diversidade (DIV) que faz parte do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). A coordenadora da Diversidade Sexual, Maria Célia Selem, explica que o trabalho envolve o acolhimento de pessoas que sofreram algum tipo de violência, dentro ou fora da Universidade. Entre as queixas recebidas está a falta de sensibilidade dos professores que insistem em não usar o nome social dos estudantes, causando constrangimento.

A DIV também oferece cursos de formação dos servidores, com a ajuda de pessoas que integram a população LGBT. São oferecidas palestras para auxiliar e preparar os trabalhadores a lidar com as diferenças. Outro eixo importante é a comunicação. Para isso são realizadas exposições, rodas de conversa, parada LGBT e outras ações a fim de trazer visibilidade a esta população. Todas as atividades têm o intuito de assegurar os direitos e promover o respeito dentro da comunidade universitária.



“A psicóloga salvou minha vida”

RENATO BORGES

REPORTAGEM



Texto **Nair Rabelo**
Ilustrações **Francisco George Lopes**

O ESTADO E A PRODUÇÃO DA MORTE

Pesquisadores investigam as políticas públicas relacionadas à vida e morte da população

Setenta e um por cento das pessoas assassinadas a cada ano no Brasil são pretas ou pardas. No período entre 2006 e 2016, a taxa de mortes violentas entre pessoas não negras reduziu 6,8%. A de negros aumentou 23,1%. A taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. Esses são dados apontados pelo *Atlas da Violência 2018*, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Além disso, um jovem negro tem quase três vezes mais chances de morrer assassinado no Brasil do que um jovem branco. É o que mostra o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (ano base 2015). Outros indicadores confirmam a tendência. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública identificou que, entre 2015 e 2016, 76,2% das mortes em decorrência de intervenções policiais eram de jovens negros.

“Lendo jornais todos os dias e tendo contato com as leituras acadêmicas, percebi que temos um cenário de genocídio quando falamos de violações dos direitos humanos da população negra”, afirma a jornalista e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (Ceam/UnB), Maíra de Deus Brito.

“É urgente denunciar esse cenário de extermínio da população negra”, destaca. Foi pensando nisso que ela propôs investigar, em sua dissertação, as mães desses jovens assassinados: quem são, de onde vêm e como se fortalecem diante dessa “dor que não cicatriza”, como uma delas disse em entrevista. De tão impactante e assustadoramente adequada, a frase foi para o título da dissertação (*História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: uma dor que não cicatriza*), defendida em dezembro de 2017.

Nas entrevistas, as mães mostraram que o fato de os jovens serem homens, negros e da periferia contribuiu para que fossem assassinados. “Essas mortes

não aconteceram e não acontecem por acaso. Há corpos ‘matáveis’, ‘descartáveis’”, observa Maíra. E aí entra no debate algo que vem sendo chamado de necropolítica.

NECROPOLÍTICA

O termo necropolítica foi cunhado pelo filósofo e cientista político Achille Mbembe (saiba mais em **Box**) e faz referência à produção de morte — por parte dos Estados — para corpos específicos. O autor elaborou essa proposta em relação direta com o conceito de biopoder do também filósofo Michel Foucault. Europeu, Foucault refletiu sobre as questões do velho continente. Natural da República de Camarões (África Central), Mbembe produziu conhecimento a partir da perspectiva dos povos africanos em relação às experiências de dominação do período colonial.

O que se postula é que a necropolítica vai muito além de dar continuidade ao pensamento de biopoder. A proposta é percebida como ferramenta para entender a dinâmica na realidade do poder do Estado em controlar as mortes. Ou seja, há decisões do exercício do poder estatal que resultam na exclusão da vida para determinados grupos.

“O Estado se autolicensing para poder encarcerar e matar essas pessoas. Em outras palavras, trata-se de um extermínio sistemático e institucional que se estabelece junto com a sociedade democrática liberal”, define o professor do Departamento de História da UnB Anderson Oliva. Comumente, esses grupos são as populações originárias, os oriundos da diáspora africana, os migrantes, os povos tradicionais, negros, mulheres, LGBTs, e outras minorias sociais.

“Na categoria desenvolvida pelo professor camaronês, o Estado exerce o seu poder de soberania, cuja capacidade está em definir ‘quem tem importância e quem não tem, quem está desprovido de valor e pode ser facilmente substituído e quem não pode’”, resume Maíra Brito.

São várias as formas de manifestação da necropolítica, como na desatenção aos serviços de saúde, a questões alimentares e sociais, e na formulação de políticas públicas. Desta forma, ao mesmo tempo em que o Estado exerce o biopoder, ou seja, as políticas de manutenção da vida — para aqueles que são autorizados a viver uma cidadania plena — exerce também a necropolítica, agindo para produzir morte.

Para Maíra Brito, esse é o caso dos jovens negros assassinados: “Ao ler, pesquisar e debater a morte desses jovens, fica evidente que esses corpos são vistos como corpos sem importância. Basta relacionar as altas taxas de homicídio com a ausência de ações ou com políticas públicas ineficazes para combater esse extermínio”.

A questão dos homicídios torna evidente as ações da necropolítica, mas a prática estende-se a outras áreas da vida em sociedade. Um exemplo é a autorização de um governo para o fechamento de unidades de saúde. “De repente, cinco bairros de diferentes periferias têm unidades de saúde fechadas. O morador ou a moradora

dessas localidades levará mais tempo e dependerá do sistema público de saúde para chegar à unidade mais próxima. Esse tempo pode ser crucial para a vida dessa pessoa. Nenhuma vida pode ser mais importante do que a outra”, lembra Maíra.

QUE HUMANOS?

“Tudo isso faz a gente questionar que tipo de ser é considerado como parte da humanidade. Direitos humanos para quem? Vemos, por exemplo, que negros, mulheres e desvalidos estão em uma posição de vulnerabilidade”, comenta o doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Guilherme Oliveira Lemos. O estudante avalia que os direitos humanos tal como estão postulados reforçam o sentido de necropolítica, pois se baseiam em um conceito de humanidade específico, “que se dirige a um grupo específico que se beneficia dele. De certa forma, colaboram com a necropolítica”, reflete.

Em 2017, o estudante fez um curso na África do Sul, no mesmo instituto de Achille Mbembe, o *Wits Institute for Social and Economic Research* (Wiser), na Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, e retornará para fazer o estágio doutoral lá. O objeto de pesquisa de Guilherme no doutorado são as relações entre processos de remoção forçada na formação de Brasília e de Joanesburgo, entre os anos de 1955 e 1971. Especificamente as cidades de Ceilândia (região administrativa de Brasília) e do bairro de Soweto.

Ambas as periferias foram batizadas em relação às siglas que as denominavam. Ceilândia vem de CEI, sigla para Campanha de Erradicação de Invasões, que fez parte de ação de remoção dos assentamentos instalados na região central de uma Brasília ainda em construção. Isso porque os planos da capital brasileira não incluíam a fixação de homens e mulheres trabalhadores — os *candangos*, que se deslocaram para o Centro-Oeste para erguer o sonho de Dom Bosco.

Já Soweto deriva da abreviação *South West Townships* (algo como Bairros do Sudoeste), projetado para realocar trabalhadores negros residentes nas áreas centrais no contexto do *apartheid*, a política segregacionista sul-africana. Guilherme propõe-se a estudar a história da sociedade e procurar semelhanças com outras cidades do mundo. “Existem muitas diferenças entre Ceilândia e Soweto, mas as semelhanças entre os dois processos são gigantes”, avalia.

O estudante aponta que o Distrito Federal criou mecanismos legais e burocráticos de segregação da população parecidos com os aplicados em Soweto. Exemplo é a criação de uma faixa de segurança sanitária para proteger o Lago Paranoá, que só permitia construções a partir de determinada distância do centro da capital. Desta forma, as cidades satélites (hoje chamadas regiões administrativas) foram estabelecidas longe do Plano Piloto, que é a porção planejada para a cidade de Juscelino Kubitschek.

“A faixa de segurança foi criada com objetivo de remover pessoas do centro”, ressalta o doutorando, que compara a limitação ao *Group Areas Act* de



1950, ferramenta legal do governo sul-africano que determinava que pessoas de “raças” diferentes não poderiam ocupar o mesmo espaço urbano. Os dois processos foram violentos e causaram mortes diretas e indiretas nas populações realocadas.

“Esses territórios configuraram estado de exceção para esses corpos desprezíveis. Criaram um estado de guerra constante nos dois lugares”, afirma. O estudo das cidades aponta como a necropolítica é aplicada: os relegados a habitar na fronteira fazem parte de uma sub-humanidade, de forma que “podem e devem ser aniquilados numa ação estatal intencional de forma a garantir a segurança dos humanos propriamente ditos”, elabora o doutorando.

DUAS FACES

A necropolítica tem relação direta com o debate sobre os direitos humanos porque apresenta um contraponto ao que foi formulado pelo Estado moderno como direitos universais dos seres humanos e ao próprio conceito de ser humano. “O que leva os europeus a estabelecer a universalidade do homem foram os horrores da Segunda Guerra Mundial e o genocídio de grupos como judeus, ciganos, deficientes mentais”, comenta o professor Anderson Oliva.

A questão é que genocídio não era novidade para as regiões colonizadas, ou seja, era resultado da ação do europeu no mundo. “Os europeus têm dificuldade de entender que o sofrimento que ensejou a nomeação de direitos universais do homem já era experienciado pelas comunidades colonizadas e era praticado pelos próprios europeus, há séculos”, comenta Oliva.

O professor afirma que, na prática das políticas públicas, essa universalidade não acontece. De modo que se observa a existência de grupos humanos e não humanos e a este último grupo, o direito à vida não se aplica e o extermínio deles é tolerável. Em seus estudos, Mbembe refere-se a uma questão importante não só para as sociedades pós-coloniais, mas para a sociedade como um todo. Apesar de o trabalho dele estar focado no contexto africano, a experiência pós-colonial é muito semelhante ao que foi experienciado na América Latina, por exemplo.

A ideia não é rejeitar toda a estrutura dos direitos humanos, esclarece o professor. “O ponto central é propor um tipo de ruptura com as concepções jurídicas, econômicas, de modo a inibir na lógica moderna o sistema de execução dos corpos indesejáveis”, explica.

O historiador avalia que é preciso reconhecer que a proposta de Mbembe apresenta experiências em que a humanidade pode se espelhar: “A academia pode absorver outras epistemologias, equiparar formas de conhecimento,

formular que não há hierarquias e que existem outras formas de pensar, outras técnicas de produção, terapias medicinais, construção da história e da memória”.

Outro efeito prático do estudo é denunciar para fazer o Estado reconhecer que há relação direta entre a morte e essas populações, e que elas precisam ser protegidas. “Para reconhecer que vivemos um tipo de colonização intrínseca, materializada por racismo, segregação e formas de escravidão, apontar o extermínio dessas populações, na expectativa de tentar organizar o funcionamento de políticas públicas e ação do Estado.”

TRÊS PERGUNTAS PARA WANDERSON FLOR DO NASCIMENTO

Professor do Departamento de Filosofia da UnB, Flor ministrou em 2018 a disciplina *Seminário de Metafísica, Vida e Conhecimento*, no Programa de Pós-Graduação em Metafísica, que refletia sobre as relações entre racismo, epistemicídio e necropolítica na construção da sociedade moderna. Flor também é criador do site Filosofia Africana, que disponibiliza versões em português de autores africanos.



Darcy – Como surgiu o debate sobre necropolítica?

Wanderson Flor do Nascimento – É um conceito da virada do século, exatamente em um momento em que Achille Mbembe, depois de passar um tempo nos Estados Unidos e na França, vai para a África do Sul trabalhar. É lá que esse conceito emerge, num momento muito dramático da vida sul-africana, em que as pessoas começam a se dar conta de que, apesar do fim do estatuto político do colonialismo e o fim formal do *apartheid*, as dinâmicas coloniais racistas continuam. Como cientista político, Mbembe tenta analisar isso e, como filósofo, dedica-se a produzir conceitos para descrever a situação. Um dos conceitos que cria é o de necropolítica. Ele entende que essas políticas estão atreladas ao Estado: o Estado nasce racista — e essa é uma das teses de Foucault, na década de 1970. Mbembe nota que o fundamento do Estado moderno é aquilo que ele chama de racismo de Estado: o racismo seria uma estrutura e não um acidente do Estado ou da modernidade, é uma lógica que estrutura e constitui a modernidade.

Darcy – O que o colonialismo tem a ver com isso?

WFN – Nos países que passaram pela experiência colonial, o Estado tem outra estrutura, que não é a mesma do Estado moderno europeu. Aqui, na América Latina, e, de modo geral, nos países africanos e em vários países asiáticos que passaram pela experiência colonial, a formação dos governos e dos Estados passa por uma

articulação dupla entre o fazer viver e o fazer morrer. Na América Latina atual, ao contrário do que acontece na Europa, o índice de mortalidade é muito mais ligado ao Estado e às políticas de negligência que, de alguma maneira, acabam por protagonizar a morte de muitas pessoas da população. No caso específico dos países que passaram pela experiência colonial, o Estado promove, sim, o bem-estar de uma parte da população. Não se pode dizer que ele abandona a população como um todo, mas ele controla a morte de outra parte da população; e a parte da população que continua morrendo, inclusive pelas mãos do Estado, é a mesma faixa da população que passou pela experiência colonial como colonizada. Não é a elite que está morrendo majoritariamente pelas mãos do Estado. Quando se olham as políticas de saúde, por exemplo, quem está morrendo nas filas do SUS? Quem está morrendo pelo assassinato da polícia não é a elite. Quer dizer que a elite está salva e segura? Não. Quer dizer que na distribuição da violência e da morte quase os mesmos povos que passaram pela experiência colonial como colonizados continuam, ainda hoje, em função de uma racialização a que são submetidos, impostos à morte.

Darcy – A abordagem refere-se apenas à morte física?

WFN – São muitas as formas de matar: matando o corpo, a subjetividade, a cultura, os valores, os saberes, os direitos, as vozes, gerando anonimato e silenciamento.

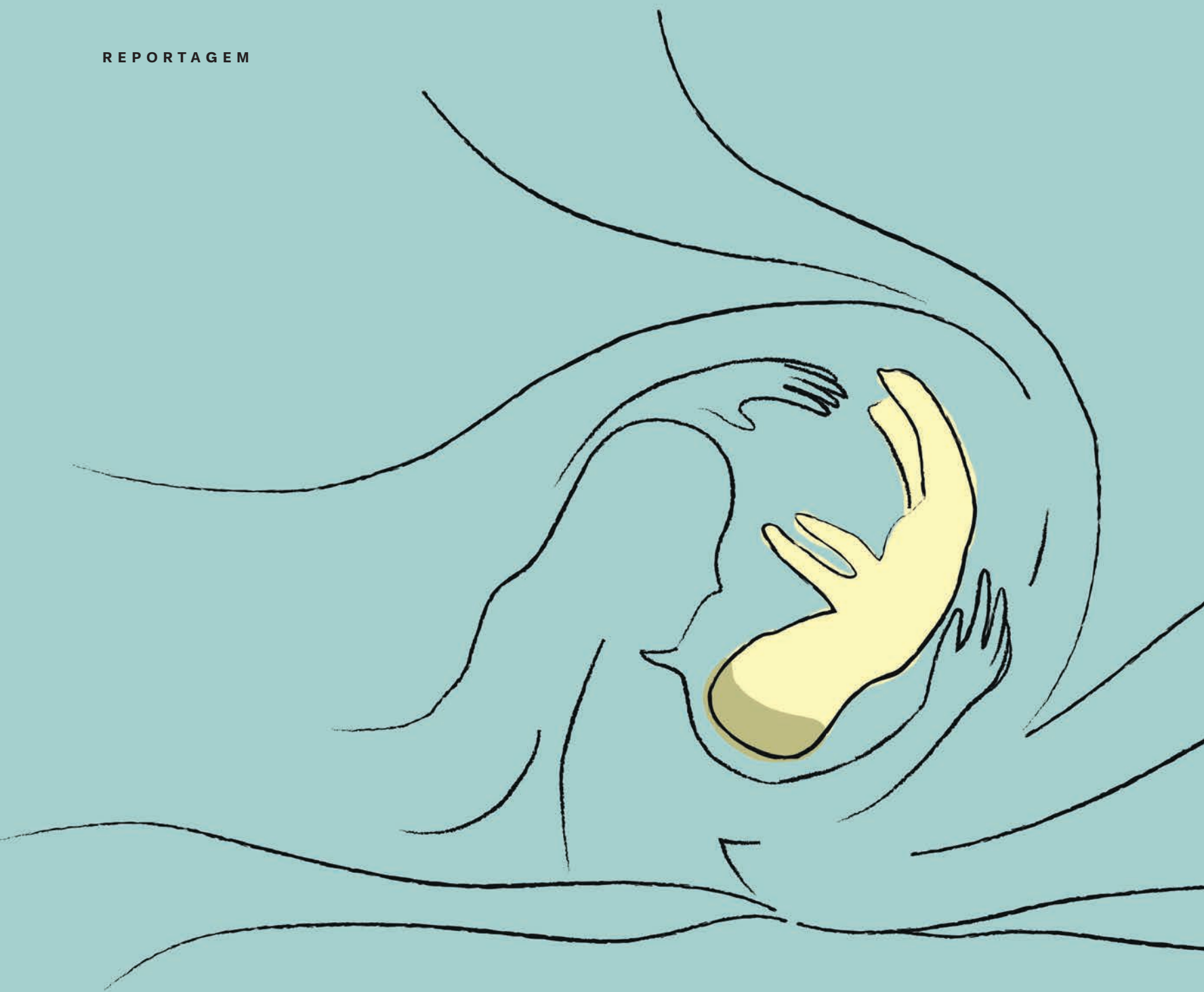
Biopoder

Na obra *História da sexualidade* (1984), Foucault introduz o conceito de biopoder, que é, essencialmente, a proteção da vida. O foco está na saúde tanto de indivíduos quanto da população como um todo, por meio da regulação dos critérios reprodutivos, do nível de saúde e da expectativa de vida. Desta forma, o conhecimento biocientífico assume papel central na vida da sociedade, exerce papel de poder e dá base para o controle sociopolítico da sociedade moderna.

Achille Mbembe

Filósofo e cientista político da República de Camarões, Achille Mbembe investiga temas relacionados à história africana, estudos pós-coloniais, política e sociedade. É autor de várias obras. Em português, encontram-se: *Crítica da razão negra* (2013) e *Políticas da inimizade* (2017). O ensaio *Necropolítica*, publicado originalmente em 2003, foi lançado este ano no Brasil.





Em novembro de 2015, o Ministério da Saúde assumiu publicamente que o país passava por uma epidemia de zika e, em decorrência, declarou estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Mais de 250 milhões de reais foram investidos no combate ao vetor do vírus, o mosquito *Aedes aegypti*, que também é causador de dengue e chikungunya. Esse valor também contemplou incentivos à pesquisa, desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Estima-se que mais de 300 famílias foram afetadas pela epidemia. “Percebemos que existia uma demanda para acompanhamento das mulheres que tiveram filhos com microcefalia em decorrência da epidemia”, conta a professora Soraya Fleischer, do Departamento de Antropologia da UnB. Ela coordena o projeto *Zika e microcefalia: um estudo antropológico sobre os impactos*

dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias no estado de Pernambuco.

A equipe liderada pela professora atua na região metropolitana de Recife e acompanha os desafios diários dos responsáveis pelas crianças que nasceram com a malformação craniana decorrente da infecção durante o período da gravidez. O grupo é composto por pesquisadoras de todos os níveis de formação, da graduação à pós. As antropólogas buscam realizar um trabalho humanizado que leve em consideração as necessidades permanentes da microcefalia.

A equipe se reveza para ir a campo todos os semestres e o trabalho é feito de forma colaborativa: ele dá origem a publicações acadêmicas e não acadêmicas. Um dos maiores desafios para as cientistas em campo é não serem vistas apenas como pesquisadoras. “Chegamos

AMAR COM A CABEÇA E COM O CORAÇÃO

**Pesquisadoras da Universidade de Brasília
acompanham famílias afetadas pela síndrome
do zika vírus após a epidemia de 2015**

Texto **Tháise Torres**
Ilustrações **Francisco George Lopes**

com um jaleco invisível, do qual buscamos nos desfazer, e isso demora muito”, explica a coordenadora do projeto. Só com o tempo, as antropólogas e as famílias percebem que vão mais longe juntas.

Tháís Valim, por exemplo, estava finalizando o curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília e buscou Soraya Fleischer para discutir eventuais possibilidades de orientação. A professora comentou que estava desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre a epidemia de zika e que ainda não havia ninguém diretamente interessado no lugar da infância no que estava acontecendo.

“Comecei a frequentar as reuniões, fui bolsista do projeto e hoje estou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, relata Tháís. Hoje, ela trabalha partindo da premissa de que as crianças não

são agentes passivos no mundo, mas indivíduos ativos que contribuem para as dinâmicas sociais: “O cuidado é um processo dialógico, em que o bebê também guia e orienta a sua cuidadora. Além disso, eles contribuem empiricamente para a construção do conhecimento científico acerca do funcionamento do zika no organismo”.

As pesquisadoras publicam em um *blog* micro-histórias sobre as idas a campo. Uma das principais preocupações — manter viva a discussão sobre a epidemia do vírus e suas consequências para as famílias — é um dos objetivos da pesquisa, que acompanha de perto o que acontece após a disseminação da doença, não somente suas características. “É preciso manter a questão em pauta, uma vez que outros atores têm se retirado de cena com a menor visibilidade que a questão ganha com o passar do tempo”, diz Soraya Fleischer.

“Percebemos que existia uma demanda para acompanhamento das mulheres que tiveram filhos com microcefalia”

Professora Soraya Fleischer

A coordenadora do projeto já trouxe para a Universidade de Brasília pessoas das famílias afetadas e tenta auxiliar na articulação de reuniões com formuladores de políticas públicas, com a convicção de que “é preciso pensar no futuro das crianças e das famílias”. A pesquisadora lembra o início do problema: “Quando os casos começaram a aparecer, muitos pesquisadores da área de saúde e endemias vieram trabalhar com essas famílias. Foram muitos exames e poucos retornos”.

A inexistência de uma resposta aos anseios das famílias não passou sem ser sentida. “Tiraram sangue, fizeram exames de imagem e nem um hemograma tivemos de volta”, conta dona Conceição, avó de Kauan, que nasceu com microcefalia após a mãe ter sido infectada pelo zika durante a gravidez. “No auge do acontecimento ficavam em cima, hoje está meio esquecido”, desabafa.

CUIDADO CONSTANTE

A principal adaptação na vida de muitas das mães de crianças com microcefalia é a necessidade de locomoção para tratamentos que auxiliem na saúde e

no bem-estar dos filhos. Sessões de fisioterapia, aplicação de toxina botulínica, consultas com especialistas em diversas áreas e exames são viagens diárias que os pequenos exigem.

Marcione Rocha, mãe de Pérola Maria, morava com os três filhos em Betânia, cidade no interior de Pernambuco. Com o diagnóstico, precisou se mudar para Recife, onde a filha faz tratamento, exames, estimulação e terapia ao longo da semana. Hoje, Pérola tem a saúde estável graças ao tratamento com anticonvulsivantes e remédios para refluxo.

“Ela já consegue ficar sentada por alguns segundos, mas para nós é muito difícil. O benefício do Estado é pouco e o pai dela não ajuda muito”, desabafa Marcione, que conta com a venda de cosméticos nos poucos horários livres para complementar a renda. O sonho da mãe de Pérola é ver a filha chegar ao nível a que todas as outras crianças chegam. Que possa andar, falar, enxergar, estudar, brincar. “Que seja tudo no tempinho dela. Eu espero e ajudo. Tenho no meu coração a certeza de que ela vai alcançar tudo isso e muito mais.”

UM DIA DE COLETA DE SANGUE

Amanda Antunes*

É um dia como qualquer outro para Sofia. Rosa, sua mãe, chega como uma típica mãe de micro: muitas sacolas num braço e a filha no outro. As duas estão na fila para mais uma das inúmeras coletas de sangue pelas quais a criança, afetada pela síndrome Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCVZ), passa constantemente. As últimas horas foram de jejum de comida e remédios para o exame.

Apesar de a condição da filha necessitar da passagem constante por médicos, terapeutas e outros tratamentos de saúde, o marido ainda implica com suas saídas frequentes que se acontecem, acima de tudo, para garantir que a pequena Sofia consiga sobreviver com alguma qualidade de vida. As dificuldades para chegar até o exame, são inúmeras: depois de um ataque preconceituoso sofrido em um coletivo, Rosa deixou de andar de ônibus. Seu local de residência é de difícil acesso, considerado zona de risco pelo aplicativo de transporte que ela usa pelo celular em seus deslocamentos.

Estar na fila para fazer a coleta de sangue é uma vitória para elas. Há três crianças na frente de Sofia, todas

afetadas pela condição da SCVZ. Quando chega a vez da menina, a enfermeira tenta uma, duas, três vezes furar a menina, mas não sai uma única gota de sangue. A grande quantidade de remédios das quais a menina precisa fazer uso resseca e atrofia suas veias. Após mais de uma hora de tentativas, finalmente se consegue a quantidade necessária para todos os exames.

O sacrifício da filha, consentido pela mãe, é necessário para que Rosa possa comprovar que a microcefalia de Sofia foi causada pelo vírus zika. Só assim ela dará o primeiro passo para reivindicar uma série de direitos: acesso à van que leva as crianças para a fisioterapia, benefício de um salário mínimo concedido pelo estado e vale-transporte.

Apesar dos poucos resultados recebidos dos pesquisadores que se dedicaram a estudar o surto, ela insiste naquilo que considera ser o caminho certo. “Mais do que na justiça, acredito na ciência”, desabafa.

*Antropóloga, pesquisadora Apoio Técnico/CNPq (amandaarso12@gmail.com)

Este texto foi produzido pelo projeto de pesquisa *Zika e microcefalia: um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias no estado de Pernambuco*. Apresenta uma das histórias marcantes vividas por mulheres da Grande Recife que têm filhos com a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ).

Quando Jeniffer Oliveira, mãe de Kauan, descobriu a intercorrência da infecção por zika durante a gravidez, morava em um bairro distante, na periferia de Recife. Sua mãe a trouxe para casa para poder lhe dar apoio. O orçamento da família (pouco mais de dois salários mínimos) é compartilhado e somente o marido de Sinha — como é conhecida dona Conceição — e o pai do menino têm empregos remunerados.

As duas se desdobram nos cuidados de que a criança necessita. “Minha filha tinha um emprego, mas Kauan passou um mês na UTI ano passado e eu não podia acompanhá-lo — diz a avó Sinha. Quando Jennifer voltou para o trabalho, foi dispensada. “A lata de leite custa 36 reais e dura três dias. O remédio de convulsões, são mais 125 reais.” O dinheiro é o suficiente para comer. “Se a gente precisa sair para pagar a conta de luz, ou quer fazer um curso, não dá. Ninguém quer ficar com ela, não é uma criança que a gente possa deixar com o vizinho.”

“Nunca perguntei a Deus o porquê de ele ter permitido que meu neto nascesse assim, acho inclusive que eu o amo mais ainda do que a mãe, de tanto amor que tenho. Já sofremos muito, hoje está mais tranquilo”, afirma Sinha.

EMPODERAMENTO DAS MÃES

Uma das preocupações do grupo é o acompanhamento cotidiano das famílias. “Percebemos como questões da epidemia têm sido manejadas e assim podemos propor novas ideias a partir de um diálogo das pessoas que navegam pelos serviços de saúde”, acrescenta Thaís Valim, que hoje é ex-bolsista do projeto da UnB. Vinculada à UFRN, ela dá continuidade ao trabalho acompanhando o crescimento e aprendizado das crianças em seu projeto de mestrado.

Para Aissa Simas, bolsista do Programa de Iniciação Científica (ProIC) da UnB, a maior surpresa foi a quantidade de ramificações que o estudo mostrou, não apenas no plano acadêmico, como no cotidiano das “mães de micro”, como são chamadas as mulheres que deram à luz crianças com microcefalia.

“Não imaginava o impacto que isso tem na vida dessas mães e o quanto elas conseguiram se empoderar ao longo do tempo”, conta Aissa. Uma das faces do empoderamento é a capacidade que essas mulheres têm para se organizar e demandar o que consideram essencial para a saúde de suas crianças. A van que as transporta cinco vezes na semana para sessões de

fisioterapia em Recife foi conseguida graças ao esforço e à articulação do grupo de mães.

A estudante conta que, apesar de pensar no trabalho como algo acadêmico, os aprendizados vêm por meio de epifanias do que ela vê nas idas a campo, onde tem contato com as famílias. “Não podemos deixar de compartilhar uma visão que, além de acadêmica, é também afetiva. Esse tipo de trabalho em grupo constrói laços”, complementa Amanda Antunes, bolsista de Apoio Técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vice-coordenadora do projeto.

Responsável em princípio por questões administrativas e organizacionais, Amanda conta que a leitura dos cadernos de campo é muito envolvente e que, a partir daí, percebe muito do que foi visto pelo olhar das colegas. Já Thaís considera que é importante fazer pesquisa de maneira humanizada, que se relacione com problemas reais da sociedade. “Acompanhando o cotidiano vemos como essas questões decorrentes da epidemia têm sido vividas pelas famílias. As informações podem ser utilizadas para melhorar a comunicação com gestores e os serviços de saúde a partir da perspectiva de quem de fato se utiliza deles”, finaliza.

“Todos os dias eu falo no ouvido dele que o amo muito. Ele sorri para mim”

Dona Conceição

“SÃO CRIANÇAS MUITO FRÁGEIS”

“Quando Kauan nasceu, foi um choque. Até então nós não tínhamos contato com crianças portadoras da síndrome, só sabíamos que nasceria com a cabecinha menor. Eu o olhei pela primeira vez e tive um choque, chegou a dar vertigem, quase desmaiei. Nunca havia visto uma criança com a cabeça tão pequenininha. Para a gente, foi tudo muito novo. Minha filha Jeniffer, mãe do Kauan, também ficou assustada, mas superou mais rápido que eu. Só fui encontrar Kauan quatro dias depois, quando a psicóloga veio e falou comigo. Foi aí que consegui colocar meu neto no colo. Os especialistas ainda nos oferecem apoio psicológico, porém, não quero mais isso. Eles nos mostram que tanto faz os bebês estarem aqui como partirem e eu não gosto de escutar isso. Então prefiro não ter esse acompanhamento, mas minha filha continua a ir lá.

Sabe? Os médicos não deram esperança nenhuma e ele é meu único neto. Eu o amo mais que tudo. Foi difícil ouvir que ele ia ser vegetativo, que não ia andar, falar, que podia morrer a qualquer minuto. Não é fácil ouvir isso do médico, sendo que você já se choca quando vê a criança assim e precisa enfrentar a sociedade. Acho que tivemos sorte porque, no nosso caso, o pai não rejeitou. Com muitas outras famílias, aconteceu de o pai não querer nem ver o bebê e terminar abandonando-o. Nós não recebemos um manual para lidar com ele. Fomos aprendendo, hoje nós também somos os médicos que cuidam dele, nós, que convivemos com essa criança todos os dias.

Foi o primeiro filho da minha filha. No início, mamou direitinho, normal, só que as dificuldades foram aparecendo. Ele não senta. É molinho, não firma a cabeça. Toma remédio para conter as crises convulsivas e o desenvolvimento é muito lento. Ele aprende, tem uma crise convulsiva e esquece tudo. Tem época que desaprende até a comer. Hoje ele tem menos crises. Às vezes passa duas semanas tranquilo. Em compensação, em outros períodos, tem duas crises por dia. O acompanhamento com a neurologista é mensal. Além disso, ele faz fisioterapia cinco vezes na semana e este ano conquistamos uma creche para ele.

Temos também, desde o meio do ano, um transporte do governo, que leva para a fisioterapia. Nosso grupo, *Mães de Anjos*, se mobiliza para essas conquistas. Kauan ainda tem problemas respiratórios. Antes do transporte de van eu tinha que pegar dois ônibus para levar meu neto aos médicos. Se a consulta fosse cedo, ainda dava. Se não fosse, eu precisava pagar um carro para nos levar porque, como a condução fica lotada, ele não conseguia respirar. Sem contar o preconceito: tinha motorista que não parava, tinha gente que chegava perto para chamar de “coitadinho” e até de “monstro”. Os motoristas das vans hoje são maravilhosos.

Tudo é muito lento. Kauan se desenvolve aos poucos. Fico muito feliz quando algo muda. Hoje ele já interage. Tenho muito medo de perdê-lo. Vimos muitas crianças morrerem. Próximo de mim, já perdemos duas. Os médicos não dão esperança de elas terem uma vida normal. São muito frágeis. Tanto podem amanhecer bem, quanto podem pegar uma gripe e isso virar uma pneumonia. É raro levarmos Kauan para o médico e ele não ser internado. Vivo na expectativa. Sei que todos estamos sujeitos a morrer, mas a chance dessas crianças sobreviverem é ainda menor. O dia mais triste que já passamos foi na última internação de Kauan na UTI. Achei que ele não voltava mais. Cada dia que amanhece é como se fosse o último, por isso aproveitamos ao máximo. Todos os dias eu digo que o amo muito. Sempre falo no ouvidinho dele e ele sorri para mim, sabemos que ele entende o que falamos.”

Dona Conceição, Sinha



O QUE É MICROCEFALIA?

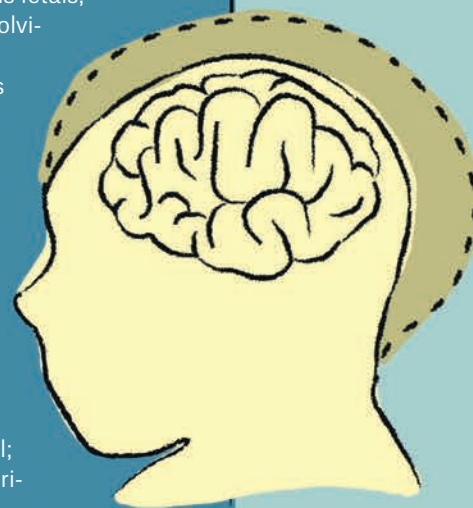
Quando o cérebro e o tamanho da cabeça do bebê são menores do que a média para sua idade e sexo, diz-se que ele nasceu com uma condição denominada microcefalia. A Organização Mundial de Saúde considera 32 cm como medida padrão mínima para um recém-nascido.

Algumas das causas do crescimento menor que a média podem ser a diminuição do oxigênio durante o desenvolvimento fetal; a ocorrência de rubéola ou toxoplasmose na gravidez; desnutrição grave da mãe ou ainda a ingestão de álcool ou drogas. Além desses fatores, algumas doenças genéticas podem ter como consequência a microcefalia, como as síndromes de Lejeune e Down.

Desde o surto de microcefalia por zika, em 2015, cientistas têm buscado determinar a correlação entre o vírus transmitido pelo *Aedes aegypti* e as anomalias encontradas em bebês. Até agora, os estudos indicam que o vírus ataca as células cerebrais fetais, que são muito importantes também para o desenvolvimento do crânio da criança.

Os três primeiros meses de gestação são os mais críticos. O vírus contraído pela mãe pode atravessar a placenta e acometer o tecido cerebral, desacelerando o crescimento dos neurônios e causando calcificação. A criança pode então apresentar malformação do sistema nervoso central, levando a várias sequelas.

Os tratamentos para a microcefalia são multidisciplinares e dependem do nível de acometimento. Bebês podem necessitar de fisioterapia para ensinar os movimentos e fisioterapia respiratória para que possam respirar melhor; fonoaudiologia, se tiverem dificuldades para engolir; terapia ocupacional; neuropediatria, no caso de crises convulsivas; e nutricionista para ajudá-los a ter um bom peso.



Durante os anos de 2015 e 2016, o Brasil foi duramente afetado pela síndrome congênita associada à infecção pelo vírus zika, que afetou milhares de famílias, principalmente mulheres grávidas e bebês, causando alterações congênitas. A chikungunya provocou 196 mortes em 2016, causando surpresa aos gestores da saúde e à comunidade científica, já que em outros países era considerada uma doença com baixa mortalidade. Em novembro de 2015, a infecção por zika foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decorrente da alteração do padrão nos casos de microcefalia. Em seguida, o Ministério da Saúde estabeleceu o Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes* e suas Consequências. O plano contém três grandes eixos relacionados ao cuidado: mobilização; combate ao vetor; desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Mais informações

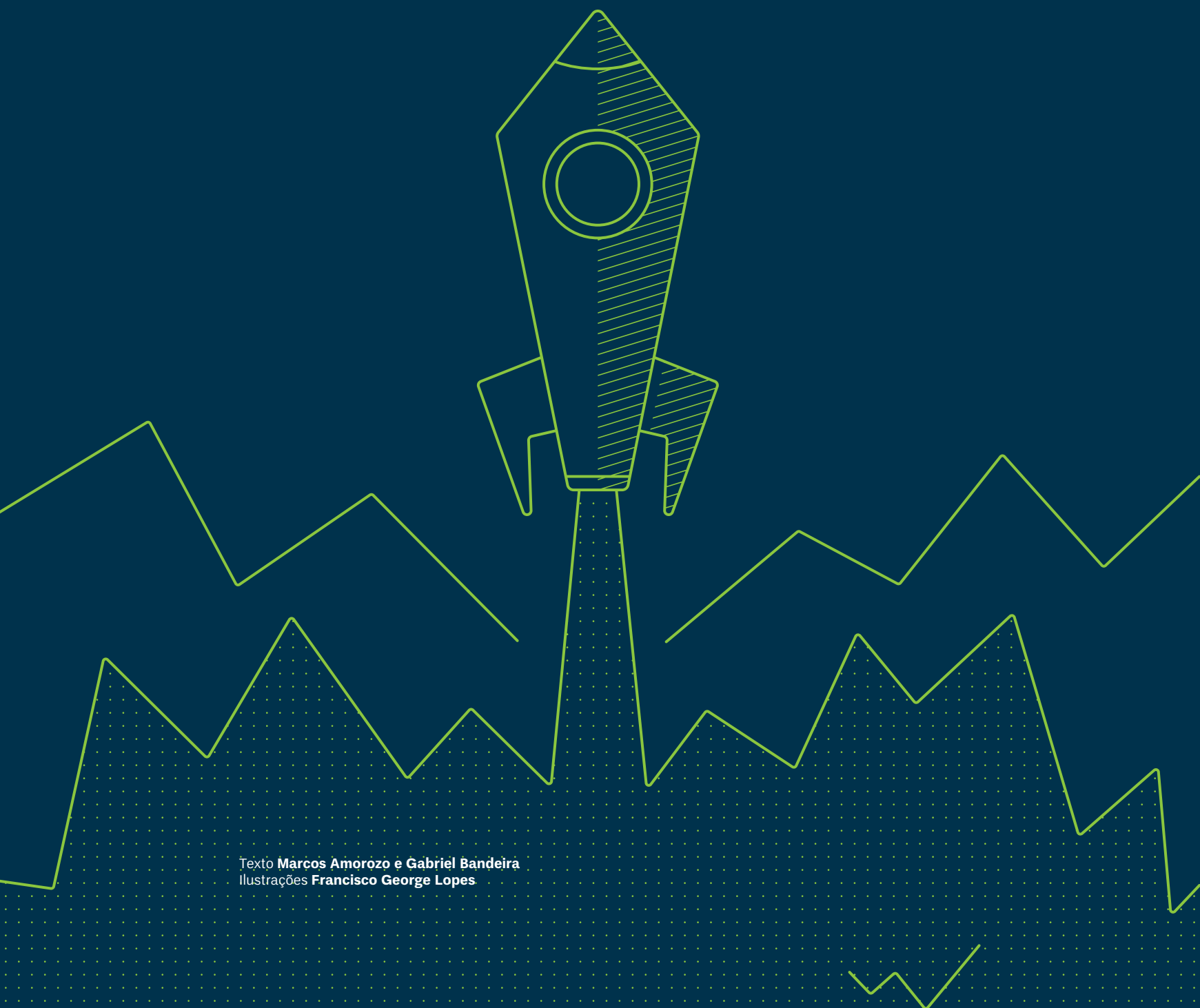
<https://microhistorias.wixsite.com/microhistorias>

<http://www.cabecaecoracao.com>

REPORTAGEM

INCUBADORA DE EMPRESAS

UnB DÁ A CHAVE E ENSINA A FAZER BONS NEGÓCIOS



Texto **Marcos Amorozo e Gabriel Bandeira**
Ilustrações **Francisco George Lopes**

A Agência Nacional de Petróleo apreendeu 16 milhões de litros de combustível adulterado em 2016, um dos maiores escândalos do ramo na história. A adulteração começava com os fornecedores do combustível. Do dia para a noite, as empresas começaram a procurar um pequeno aparelho desenvolvido por uma empresa incubada na UnB: o Kit Metanol. Desde então, a *startup* já atendeu a grandes nomes da indústria de combustíveis, como a Shell e a Petrobrás.

“As pessoas olham de fora e pensam que foi fácil”, diz Renato Santana, 29, um dos muitos estudantes da Universidade de Brasília que vieram de longe, com sonhos firmes e claros. A *startup* Macofren, que entrou em 2013 no Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB), passou por fases boas e ruins: “No início, era muita expectativa para montar tudo. Muita coisa do que planejamos não foi para a frente”.

Graduado em Biotecnologia na Universidade Federal de Alfenas, sul de Minas Gerais, iniciou em 2011 o mestrado na UnB. “Sempre tive uma veia empreendedora. Abrir uma empresa própria nunca saiu da cabeça”, conta. No espaço em que pesquisava, o Laboratório de Materiais e Combustíveis do Instituto de Química, Renato encontrou incentivo para suas ideias.

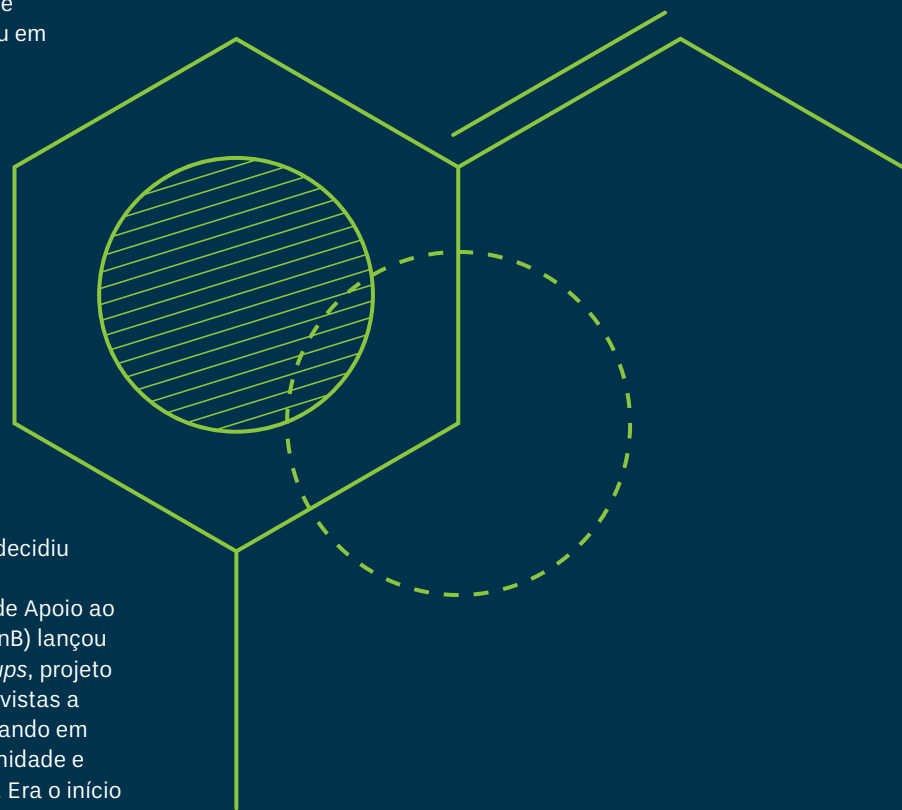
Assim que chegou, conheceu o orientador do laboratório, o professor Paulo Suarez, conhecido por ser o docente com maior número de patentes registradas pela Universidade. “Era um ambiente de criação, que incentivava a pesquisa e o desenvolvimento, mas ainda faltava inovação. Eu costumo dizer que precisamos dessa tríade (pesquisa, desenvolvimento, inovação)”, diz Renato. Ele decidiu arriscar-se e abrir a própria empresa.

Tudo começou em 2012, quando o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB) lançou edital para o programa de incubação de *startups*, projeto que incentiva e auxilia ideias inovadoras com vistas a tornar empresas sólidas no mercado. O mestrando em Química Renato Santana aproveitou a oportunidade e convenceu um sócio a ingressar no programa. Era o início da Macofren Tecnologias Químicas. Primeiro, a Macofren tentou lançar produtos em análise de solo e de água, mas o mercado não recebeu bem a proposta.

Hoje, o principal produto é o Kit Metanol, responsável por detectar problemas com combustíveis, como o etanol. “Quando começamos, o projeto não “engatava”. Passavam os anos, e nada da indústria de combustíveis se interessar pelo nosso kit”, conta. A incerteza era muita. Em 2016, Renato tentou uma bolsa de doutorado e não teve sucesso. Os sócios pensaram em desistir de tudo. Entretanto, eles creditam ao CDT papel importante

É um ambiente de inovação, e todo ambiente assim traz grandes oportunidades

Sanderson Cesar



na sua capacitação empreendedora, principalmente nas áreas administrativas e financeiras: “É um ambiente de inovação, e todo ambiente assim traz grandes oportunidades”.

MULTINCUBADORA

Estímulo à criação e ao progresso de novos empreendimentos no Distrito Federal é o principal objetivo do Programa Multincubadora de Empresas do CDT/UnB, desde sua criação em 1989. Projetos nas áreas de desenvolvimento tecnológico, econômico, sustentabilidade ambiental, promoção da cultura regional e da inclusão social têm a possibilidade de ser mentorados e crescer com o apoio dos profissionais da Universidade e do mercado.

O processo de seleção de novos integrantes começa a partir de edital público, aberto uma ou duas vezes por ano, a depender do número de vagas disponíveis. O CDT funciona assim como uma grande fábrica para impulsionar ideias revolucionárias, desde o plano de negócios até o passo a passo para tornar-se uma grande empresa. E dá retorno à UnB, repassando lucros para a entidade.

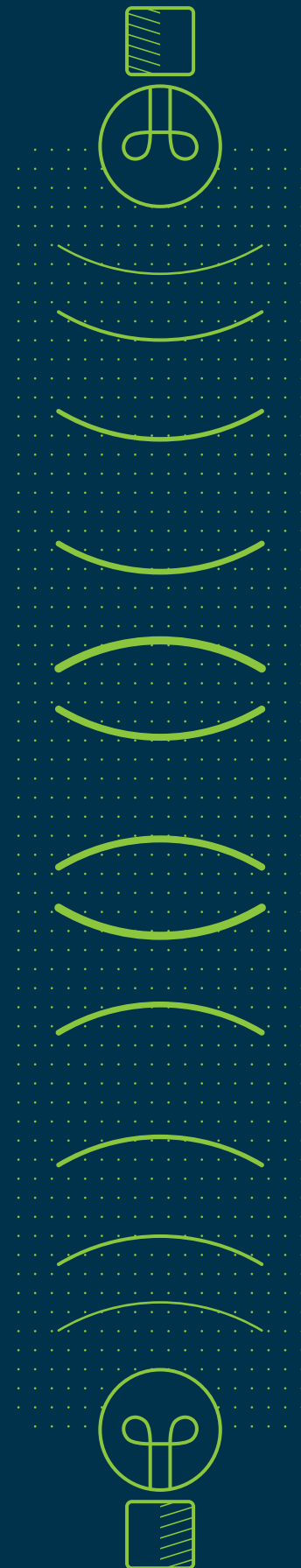
A metodologia da Multincubadora — instituição da UnB que auxilia micros e pequenas empresas do DF a desenvolver seu negócio — prevê a participação e integração de estudantes, professores, cientistas, empreendedores e pequenas empresas que desejem pôr seus projetos em prática, com produtos e serviços de tecnologia. Entre os benefícios oferecidos a quem procura a curadoria do CDT estão: acesso facilitado a financiamentos governamentais e privados; assessoria e consultoria em gestão empresarial; treinamentos e cursos empresariais; orientação sobre depósitos de patentes, registro de marcas e outras modalidades de proteção intelectual.

A primeira fase é a da pré-incubação, ou *Hotel de Projetos*, voltada para quem possui estrutura administrativa modesta, ou aqueles que estão iniciando no mercado. Quando selecionados, os empreendedores passam seis meses em contato com outras empresas pré-incubadas, incluindo a possibilidade de um esquema de *coworking* (trabalho conjunto). Uma banca examinadora multidisciplinar valida a inovação, o grau de desenvolvimento tecnológico e a viabilidade financeira do negócio e, se obtiver êxito, o empreendimento é encaminhado para a próxima fase.

“Nós disponibilizamos dois tipos de incubação para os empreendedores aprovados: a incubação residente, quando a empresa se instala no CDT e utiliza o espaço cedido da forma que quiser; e a incubação não residente, na qual ela recebe todos os benefícios, porém, trabalha de maneira remota”, afirma Geovanne Mota, consultor e pesquisador do CDT.

Na incubação, o Centro oferece capacitação e apoio técnico especializado para auxiliar na consolidação da *startup* e garantir a competitividade após o período de acompanhamento, que pode durar até três anos. Em contrapartida, a empresa contribui financeiramente para a manutenção desses espaços e dos profissionais conforme a modalidade de incubação. “Os valores são bem abaixo do que é praticado no mercado”, destaca Geovane. As taxas que os incubados pagam variam conforme a modalidade, de R\$ 250 para os pré-incubados a R\$ 895 para as *startups* alojadas na UnB.

A metodologia utilizada com as incubadas é baseada no Centro de Referência a Novos Empreendimentos (Cerne), cujo objetivo é qualificar, assessorar e monitorar os empreendimentos nos eixos de gestão, mercado, capital, tecnológico e desenvolvimento do perfil empreendedor. Os resultados e dúvidas são avaliados e acompanhados por técnicos da Multincubadora, que coletam dados e traçam novos objetivos a ser alcançados. Além disso, toda a estrutura



do prédio, como salas de reunião, auditório e laboratórios ficam disponíveis para o uso dos empreendedores.

A E-sport, *startup* incubada no centro entre outubro de 2016 e abril de 2018, trabalha com instrumentos para auxiliar a medição de avanços em reabilitação física e praticantes de esportes. Ela ganhou o *Prêmio Tecnologias de Impacto 2017*. Seu produto, o E-elastic, é resultado do aperfeiçoamento tecnológico de elásticos tradicionais utilizados em esportes e mede a quantidade de esforço do usuário.

Sócio da E-Sport, João Macedo, 24, não tem dúvidas em reconhecer: “Tudo o que somos hoje é graças ao CDT”. Fernanda Teles, 28, aponta que capacitações de gestão, finanças e *coaching* na pré-incubação foram muito importantes para o desenvolvimento da *startup*: “No início do programa, tínhamos capacitações recorrentemente. Já nos últimos semestres, isso tornou-se muito raro. Era o caso de ter uma a cada semestre”. A CEO credita o problema ao corte de verbas do centro.

O diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB, Sanderson Cesar, explica que o CDT “está em contenção de gastos”, pois houve redução da captação de recursos próprios em função do teto orçamentário da PEC 95/2016. Sanderson afirma que no mundo todo, a maioria dos escritórios de transferência de tecnologia (TTO – *Technology Transfer Offices*) trabalha no vermelho: “Em 86% dos casos as universidades bancam o TTO. O CDT é um modelo nesse sentido, pois não é deficitário e, ao longo do tempo, tem um histórico de repassar recursos à Universidade”.

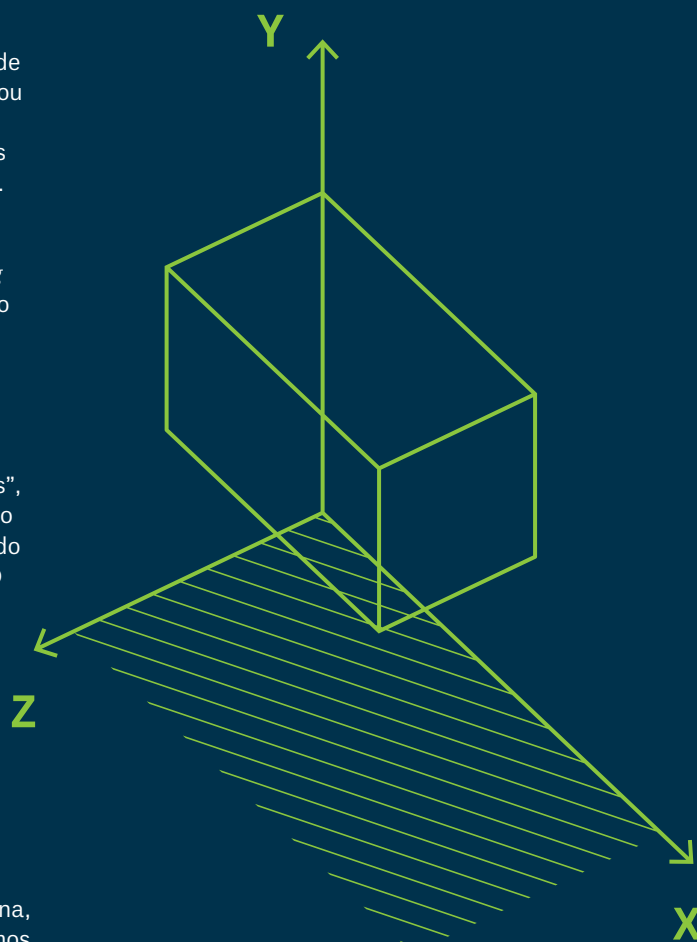
Fernanda Teles aponta que a grande rotatividade da equipe responsável por avaliar o progresso das *startups* dificultava a percepção de avanço. “As equipes que nos acompanhavam eram formadas por estagiários. Quando o contrato deles com o centro acabava, um novo pessoal entrava. O problema não eram os estagiários, mas a dificuldade em prosseguir com as análises”. Renato testemunhou o mesmo problema: “Vinha uma equipe bacana, fazia um diagnóstico da Macofren e dizia em que áreas precisávamos melhorar. Eles falavam que voltariam dali a três meses. Depois, já era uma nova equipe, e o mesmo processo de diagnóstico começava”.

Quanto a isso, Sanderson afirma que o problema é observado em todo o Brasil e ocorre porque a incubadora deve seguir o modelo de contratação do serviço público. “Infelizmente, não se contrata um ‘desenvolvedor de negócios’ num concurso público. A opção é utilizar mão de obra de alunos de cursos de empreendedorismo e inovação. O novo marco legal de inovação permite que as incubadoras se tornem pessoas jurídicas próprias, e isso deve facilitar essa questão”, diz o diretor do CDT.

DE OLHO NO FUTURO

Paulo Fillipe, de 26 anos, estudante do nono semestre de Engenharia Aeroespacial, acaba de entrar no programa de pré-incubação. O jovem empreendedor, junto a um colega que conheceu em viagem missionária, desenvolveu a FD Automata, *startup* idealizada para criar tecnologias que otimizem processos de produção.

O primeiro produto pensado por Paulo foi uma impressora 3D. Ela é oito vezes maior do que as convencionais, com motor e bico capazes de imprimir em até cinco cores. “Nosso produto poderá ajudar arquitetos que, ao desejarem montar a maquete de um projeto maior, poderão imprimi-la inteiramente. Assim, economizarão o tempo de fazê-la à mão”, explica. O mercado de arquitetura é apenas o começo. “Pretendemos atender clientes que trabalham com peças personalizadas, como *cosplayers*, e incentivar o uso da impressora 3D por pessoas leigas.”



**Para mim,
o segredo de
um negócio não
é simplesmente
esforço, mas
preocupar-se
com um valor
de entrega para
a sociedade**

Paulo Filipe

As expectativas para o programa de incubação são grandes. “Nosso modelo de educação não é muito voltado para o empreendedorismo. Muitas vezes sabemos como fazer, só não sabemos como atender à demanda de mercado. Por isso, é importante ter o CDT aqui na UnB. A ajuda do CDT representa um pontapé inicial muito bom, com serviços que você não conseguiria com esse mesmo preço”, diz Paulo.

Em comum com Fernanda e Renato, Paulo tem o desejo de sair do meio acadêmico e levar resultados para a comunidade. “Para mim, o segredo de um negócio não é simplesmente esforço e, sim, preocupar-se com um valor de entrega para a sociedade”, opina o futuro

engenheiro aeroespacial. Fernanda complementa a ideia: “Às vezes, o conhecimento produzido fica muito preso ao meio acadêmico. Por isso, eu me preocupei em ir além da universidade com a E-Sport”.

Renato cita com orgulho o retorno que dá para a UnB. Uma vez que o empreendedor utiliza patente de professor da instituição na produção e comercialização do Kit Metanol, precisa pagar uma taxa para a Universidade, uma espécie de *royalty*. “Neste ano, pretendemos direcionar ao menos um terço do valor pago para a construção de um laboratório novo para a Empresa Júnior de Química da UnB.” Orgulhoso, Renato enfatiza: “É inovação que gera inovação”.

CDTANK

Inspirado no programa de televisão *Shark Tank*, *reality show* em que os idealizadores apresentam empreendimentos a potenciais investidores, o CDTank é um evento organizado pelo CDT/UnB para aproximar “anjos”, aceleradoras e interessados de projetos inovadores, da Universidade ou não.

Nesse encontro, os novos empreendedores interagem com empresários e demais atores já consolidados no mercado, com quem podem contar como mentores e, eventualmente, investidores-anjo dessas iniciativas. A conquista da parceria depende de como os jovens gestores vão apresentar o negócio num *pitch* (apresentação) de no máximo três minutos, e depois numa sabatina dos potenciais padrinhos, com duração de dez minutos.

Na primeira edição em 2017, entre os dez selecionados apenas um fechou negócio com os investidores. “Nós mostramos o projeto específico e os planos que temos para o investimento que buscamos, em prol do crescimento da nossa empresa. Agora o céu é o limite”, conta Gabriel do Nascimento, estudante de Engenharia de Software e integrante da Nong Agricultura de Precisão, que se dedica a facilitar o mapeamento agrícola com fotos aéreas. Os outros participantes puderam fazer um balanço de seu desempenho e trocar experiências com as demais empresas participantes.

GLOSSÁRIO DO EMPREENDEDOR

As pessoas que se arriscam no mundo dos investimentos têm que aprender termos que fogem do vocabulário comum. Veja alguns dos verbetes e expressões mais comuns.

Aceleradoras: instituições de capital privado que financiam empresas e *startups* com alto potencial de crescimento.

Canvas: modelo de negócios que consiste em planejar e desenvolver os valores e metas de uma empresa, por meio de um mapa visual.

CEO: termo em inglês — *chief executive officer* — que corresponde aos cargos de diretor-executivo ou diretor-chefe de uma empresa.

Coworking: espaços compartilhados por diversos profissionais, voltados para a troca de conhe-

cimento e redução de custos operacionais.

Incubadoras: instituições que auxiliam micros e pequenas empresas, com ideias, *networking* (rede de contatos), aconselhamento e capital para desenvolver o negócio.

Investidor-anjo: pessoas experientes que acreditam e possuem capital disponível para investir em empresas iniciantes. Em troca, recebem um percentual da empresa investida.

Patente: título de propriedade concedido pelo Estado que protege o inventor de possíveis

roubos e plágio de ideias. No documento, deve ser detalhado todo o conteúdo técnico do que será protegido.

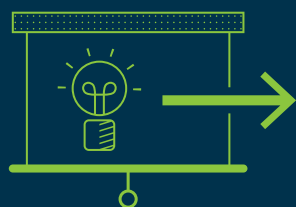
Pitch: breve apresentação realizada para mostrar a investidores o potencial e qualidades de uma empresa.

Royalty: valor cobrado para o uso de nome e estrutura de empresa ou patente, correspondente a uma porcentagem do faturamento total.

Startup: empresas nascentes de alto potencial de crescimento.

Valuation: valor de mercado de uma empresa.

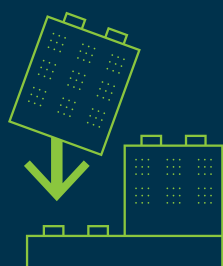
PASSO A PASSO DE UMA *STARTUP* DE SUCESSO



1

Tudo começa com uma grande ideia

Pode parecer clichê, mas uma boa ideia é a origem de todo grande negócio. Lembre-se, porém, que ela não pode ficar no papel: faça pesquisas de mercado, compreenda as necessidades dos consumidores e verifique se já não estão usando sua ideia.



2

Entenda tudo sobre seu negócio

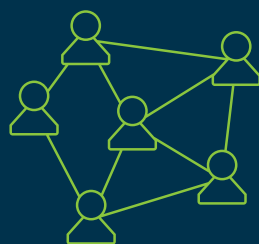
Muitos empreendedores não compreendem o segmento em que atuam. Daí a importância de ter em mente quais são os possíveis concorrentes e como o empreendimento difere dos demais.



3

Aprofunde sua criação

O mercado é cruel, mas é mais tranquilo para quem tem ideias sólidas. Por isso, compreenda o plano de negócios e sua viabilidade. Amadureça-o o máximo que puder, revisando regularmente o andamento da *startup*.



4

#PartiuNetworking

Agora que você compreende seu produto, bem como diferenciais e respostas ao mercado, é hora de vender a ideia para investidores. Para isso, vai precisar de muito esforço e crença de que a ideia é boa mesmo. Mapear contatos e comparecer a eventos do ecossistema empreendedor vão ajudar.



5

Estude, estude e... estude

Por fim, vale lembrar que o que faz uma *startup* caminhar é a constante renovação do negócio. Fique atento a tendências de mercado, acontecimentos políticos e econômicos, descobertas tecnológicas e outros assuntos que podem impactar, direta ou indiretamente, seu negócio.



SANTO SUDÁRIO: DA FÉ À CIÊNCIA

Estudo revela que a autenticidade da mortalha de Jesus é confirmada por uma rede de pesquisas. Para professor da UnB, ainda é preciso esclarecer mistérios

Texto **Caroline Pires**
Ilustrações **Igor Outeiral**

Para os cristãos, símbolo de fé e prova da ressurreição de Cristo. Para os cientistas, objeto que mobiliza investigações em diversas áreas. Há milhares de anos, céticos e crentes opinam e discutem sobre o Santo Sudário, artefato que concentra um enigma e muitos mitos. O que pensam os pesquisadores sobre um dos tópicos de maior controvérsia científica de todos os tempos?

O chamado Santo Sudário é uma peça de linho com pouco mais de quatro metros de comprimento e um de largura, que teria envolvido o corpo de Jesus Cristo após sua crucificação. Mesmo sabendo que não seria tarefa fácil, o professor aposentado da UnB Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro resolveu investigar se a ciência confirma

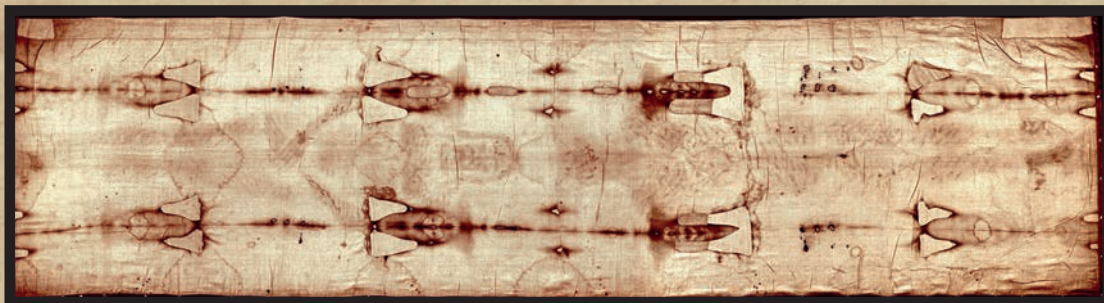
a autenticidade do manto sagrado.

O estudo, que resultou no livro *Santo Sudário – o que diz a ciência*, também buscou compreender até que ponto existiria confluência entre os fatos científicos e religiosos. Docente de Sociologia na UnB por quase três décadas, Trigueiro conta que sua pesquisa teve início no estágio pós-doutoral, no Instituto de Filosofia e Teoria da Ciência, da Universidade de Ludwig e Maximilian de Munique, Alemanha. “Nosso interesse era compreender como as questões sociais — religiosas, políticas e éticas — interferem na atividade científica”, expõe.

“No caso específico do Santo Sudário, eu queria entender como a religião e as narrativas religiosas se misturam às controvérsias científicas”, afirma o pesquisador, que sempre

se dedicou à relação ciência-sociedade. Para isso, ele utilizou como fonte de pesquisa uma das maiores bases de dados de publicações científicas, a plataforma *Web of Science*.

Ao fazer uma busca pelo termo “Santo Sudário”, encontrou 300 artigos sobre o tema. Utilizando software específico de dados quantitativos, Trigueiro analisou as citações e referências, chegando a 60 trabalhos de relevância científica. Ao longo de cinco anos, o pesquisador debruçou-se sobre esses estudos e teve várias surpresas, como ele mesmo relata: “Como sociólogo e cidadão comum, fiquei muito admirado ao saber, por exemplo, que manchas de sangue e grãos de pólen estavam presentes no Sudário. Na medida em que eu investigava, meu queixo caía”.



Desde o século XVI, o Sudário está guardado na Catedral de Turim, na Itália. Atualmente, o manto é conservado em posição estendida e horizontal em um relicário hermético.



O SANTO SUDÁRIO

Embora o primeiro registro histórico date de 1354, quando foi entregue a uma igreja na cidade francesa de Lirey, fontes antigas reportam diferentes histórias sobre o tecido com a representação de uma figura humana. Em 1535, o Sudário foi transferido para a Itália e está exposto na Catedral de São João Batista, em Turim. “É um objeto muitíssimo disputado ao longo da história, que veio do Oriente Médio até chegar à sua atual sede. Houve muitas lutas e embates pela sua posse”, destaca o professor.

“Esse pano, que teria coberto o corpo morto desse personagem bíblico, resistiu todos esses anos porque seria uma confirmação da doutrina da ressurreição para os cristãos”, acredita Trigueiro. A dúvida

sobre sua autenticidade existe desde a Idade Média. Porém, a discussão foi reacendida em 1898, depois que o fotógrafo Secondo Pia percebeu uma imagem nítida no negativo fotográfico. As manchas sem muita definição vistas no tecido a olho nu revelavam nas chapas fotográficas a figura de uma pessoa com muita riqueza de detalhes.

A partir de 1973, o Vaticano liberou o Sudário para análises científicas e desde então diversas pesquisas apontam indícios tanto favoráveis como contrários à veracidade da peça. Ainda hoje, não há consenso científico sobre o tema. Novas tecnologias e metodologias do século XX e XXI estão possibilitando outros olhares sobre a mortalha de Jesus.

CIÊNCIA

Afinal, o que é uma evidência? Com essa pergunta Michelangelo Trigueiro procura demonstrar que não há um número definido de experiências necessárias e suficientes para atestar uma evidência científica: “Como pesquisador, minha posição é cética. Quero ver como evoluem essas controvérsias”. Para tentar mensurar a questão da autenticidade do Sudário, o sociólogo organizou os 60 textos de sua amostra em três grupos: a favor, contra ou neutro.

Até a década de 1980, a quantidade de trabalhos que atestavam e defendiam a autenticidade do tecido era maior. Em 1988, a partir de uma pesquisa realizada por três laboratórios de diferentes países do mundo, houve uma inversão. Por meio da técnica de datação do carbono, eles apontaram que o manto teria sido produzido entre os anos 1260 e 1390.

Posteriormente, outros estudos questionaram a metodologia desse trabalho.

Em 1994, por exemplo, químicos russos mostraram que o forte calor ao qual a peça foi submetida durante um incêndio em 1532 pode ter confundido os pesquisadores. Nessa época, pegou fogo a capela francesa de Lirey, mas as freiras conseguiram salvá-lo. O carbono gerado pelas chamas poderia ter alterado o resultado do teste.

Segundo Trigueiro, a partir dos anos 1990 um conjunto grande de outras pesquisas mudou novamente as concepções sobre o Sudário. “Atualmente, cerca de 70% dos textos defendem a autenticidade, e apenas 15% são contra”. O restante dos estudos não confirma ou não contesta sua veracidade.

“Quem dá as cartas é a racionalidade”, aponta o pesquisador, informando que todos são estudos das ciências puras ou das exatas e tecnológicas, que utilizam equipamentos de alta complexidade. “A preocupação era entender como a racionalidade científica encerra essa polêmica.”

RELIGIÃO E CIÊNCIA

ACIMA DAS CONTROVÉRSIAS

Para se ter uma dimensão do interesse no Sudário, foram identificados cerca de 400 grupos de pesquisa nas mais diversas áreas que se dedicam ao tema, tais como espectrometria, química, biologia e física. A principal questão da disputa científica centra-se na definição se a figura é autêntica ou não. “Dizer e atestar a legitimidade da peça não significa admitir que é uma prova da ressurreição, como querem os cristãos”, pondera Michelangelo Trigueiro.

Em seu livro, ele conclui que a tese da autenticidade é confirmada por uma rede. “Se pudéssemos tirar uma foto do quê seria uma estrutura científica, veríamos que ela não é uma forma linear, mas uma teia”, esclarece. Por não se tratar de uma pesquisa em particular, Trigueiro explica que seria necessária uma outra rede para refutar essa ideia.

Embora o pesquisador guarde, para fins de investigação, certa distância do objeto, certamente os anos dedicados ao tema lhe indicaram uma posição. Em sua opinião, o Santo Sudário é legítimo. “O que se sabe, então, é que existe um registro autêntico. Mas, até aqui, a ciência não conseguiu explicar como e por que foi formado”, diz o pesquisador que atualmente reside na Itália, próximo a Turim, e espera um dia conhecer o manto de perto.

Um exemplo de como as posições sociais e religiosas podem influenciar na racionalidade científica é o caso do cientista Yves Delage.

Em 1902, o zoólogo e biólogo apresentou um trabalho à Academia de Ciências, em Paris. Com base na técnica de vaporografia (imagem obtida por meio de um gás), ele confirmou que a figura estampada no Sudário era muito precisa anatomicamente para ser mera pintura. O estudo, embasado em dados históricos e científicos, seguiu todas as regras e normativas acadêmicas, no entanto, foi rejeitado pelos avaliadores do periódico *Révue Scientifique*.

O editor Marcellin Berthelot vetou a publicação do artigo. Embora Delage deixasse claro que não considerava Jesus o filho de Deus ressuscitado — apenas atestava a autenticidade do manto a partir de uma metodologia científica —, os membros ateus da academia ficaram incomodados com o estudo.

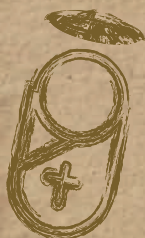
Em 2012, o intelectual Thomas de Wesselow publicou um livro no qual descreve esse episódio. Em sua opinião, os avaliadores tomaram o Sudário como ameaça supersticiosa e não como desafio intelectual a ser desvendado. “Ficou bem clara a intromissão de valores não científicos — motivados, nesse caso, por questões religiosas — gerando uma controvérsia científica”, ressalta Michelangelo Trigueiro.

“ESTOU FALANDO DE
RELIGIÃO, MAS TRATA-SE DE
UM TRABALHO CIENTÍFICO”

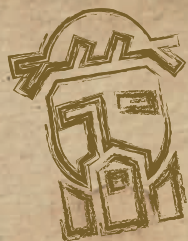
MICHELANGELO TRIGUEIRO

MARCOS BÍBLICOS DO SUDÁRIO

Embora a Bíblia não revele o que aconteceu com o pano que envolveu Jesus após sua crucificação, é possível encontrar referências ao Santo Sudário no Evangelho cristão.



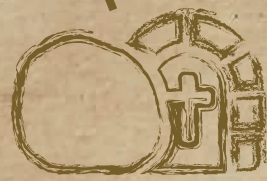
Para a tradição cristã, Jesus nasceu na Palestina, filho do carpinteiro José e de Maria. A sua data de nascimento não consta na Bíblia e ainda hoje é uma incógnita. O dia 25 de dezembro foi escolhido cinco séculos depois pela Igreja Católica para coincidir com as festas de fim de ano.



A condenação de Jesus aparece nos quatro evangelhos canônicos da Bíblia: Mateus, Marcos, Lucas e João. Jesus foi preso no Getsêmani após a Última Ceia com os 12 apóstolos e foi julgado pelo Sinédrio — assembleia de juízes judeus que constituía a corte e o legislativo supremos — antes de ser entregue para execução. Chicoteado pelos soldados romanos, Jesus recebeu uma coroa de espinhos e carregou a cruz em direção ao local de sua execução.



Após a crucificação de Cristo, José de Arimateia procurou Pilatos e lhe pediu o corpo de Jesus (Marcos 15:43). Homem rico e membro ilustre do Sinédrio, José era discípulo de Jesus, mas mantinha isso em segredo, tal como Nicodemos, por temor às autoridades judaicas (Lucas 23:50).



José envolveu o corpo de Jesus com um pano de linho limpo e, com a ajuda de Nicodemos, depositou-o no sepulcro cavado na rocha em sua propriedade, que depois foi fechado com uma grande pedra (Mateus 27:59).

No domingo seguinte, os apóstolos Pedro e João, ao visitar o túmulo de Jesus, encontraram a mortalha dobrada (João 20:6).
"Ressuscitou dos mortos ao terceiro dia" (Coríntios 15:4).



ENSAIO VISUAL

O grupo **Laços da Alegria** percorre, todos os sábados, as alas de pediatria, maternidade, pós-cirúrgico, clínica e hemodiálise do Hospital Universitário, divertindo crianças e adultos



TRABALHO VOLUNTÁRIO



Texto **Amália Gonçalves e Raquel Aviani**
Fotos **Amália Gonçalves (cor)** e **Raquel Aviani (p&b)**

O ensaio visual desta edição de *Darcy* retrata a experiência prática de estudantes da Universidade de Brasília na atuação em defesa de direitos básicos de pessoas, de algum modo, menos favorecidas.

Esses alunos atuam como voluntários em diferentes projetos, a maioria deles realizado em parceria com o Hospital Universitário de Brasília (HUB), hospital-escola ligado à UnB.

Crianças, adolescentes, adultos e idosos, que realizam ou acompanham familiares em procedimentos médicos e internações, podem se sentir mais acolhidos e ter a certeza de que importam, graças à atuação dos jovens aprendizes e seus professores.

Todas as terças-feiras, às 13h, a ala de Dermatologia Infantil do HUB tem sua rotina alterada. Embora os incômodos persistam nos pequenos pacientes vítimas de doenças de pele, o sofrimento é atenuado pela presença da Associação de Voluntários do HUB.

Cerca de dez integrantes do grupo distribuem pães, bolos, sucos e ouvidos atentos a cada história particular de pessoas que, quase sempre, têm em comum a vida sofrida em comunidades pobres do Distrito Federal e Entorno.

Esse é o perfil dos pacientes atendidos também no projeto de extensão que oferece reabilitação bucomaxilofacial por meio de próteses. A dentista e professora Aline Úrsula lidera a iniciativa, que existe há mais de uma década e hoje conta com mais de 40 voluntários, entre estudantes, residentes, psicólogo e cirurgião-dentista.

Os pacientes, necessariamente encaminhados por outras unidades de saúde, são atendidos toda sexta-feira à tarde no Centro Clínico de Ensino Odontológico do HUB e recebem tratamento não apenas para as lesões na face, mas para a própria autoestima.

De outras maneiras, elevar o astral do público que frequenta o Hospital também é missão para o grupo de voluntários do projeto *Laços da Alegria*. A cada sábado, às 14h, eles entram em cena com pinturas, adereços e outras caracterizações para levar alívio e descontração às alas de pediatria, maternidade, pós-cirúrgico, clínica e hemodiálise.

Sem roteiro prévio, os palhaços vão de quarto em quarto, cantando, dançando e tocando instrumentos. E, se para alguns a prioridade é levar um pouco do mundo lá fora para os pacientes do hospital, para outro grupo, o objetivo é proporcionar cuidados de saúde em meio à própria comunidade.

Liderados pelo professor Pedro Sadi, os alunos do estágio supervisionado em Enfermagem promovem mutirões de vacinação e conscientização junto aos moradores do Paranoá. Assim, de perto, se vive na prática o zelo e o respeito pelo outro, melhor forma de aprender não apenas sobre a futura profissão, mas a respeito da importância da humanidade.





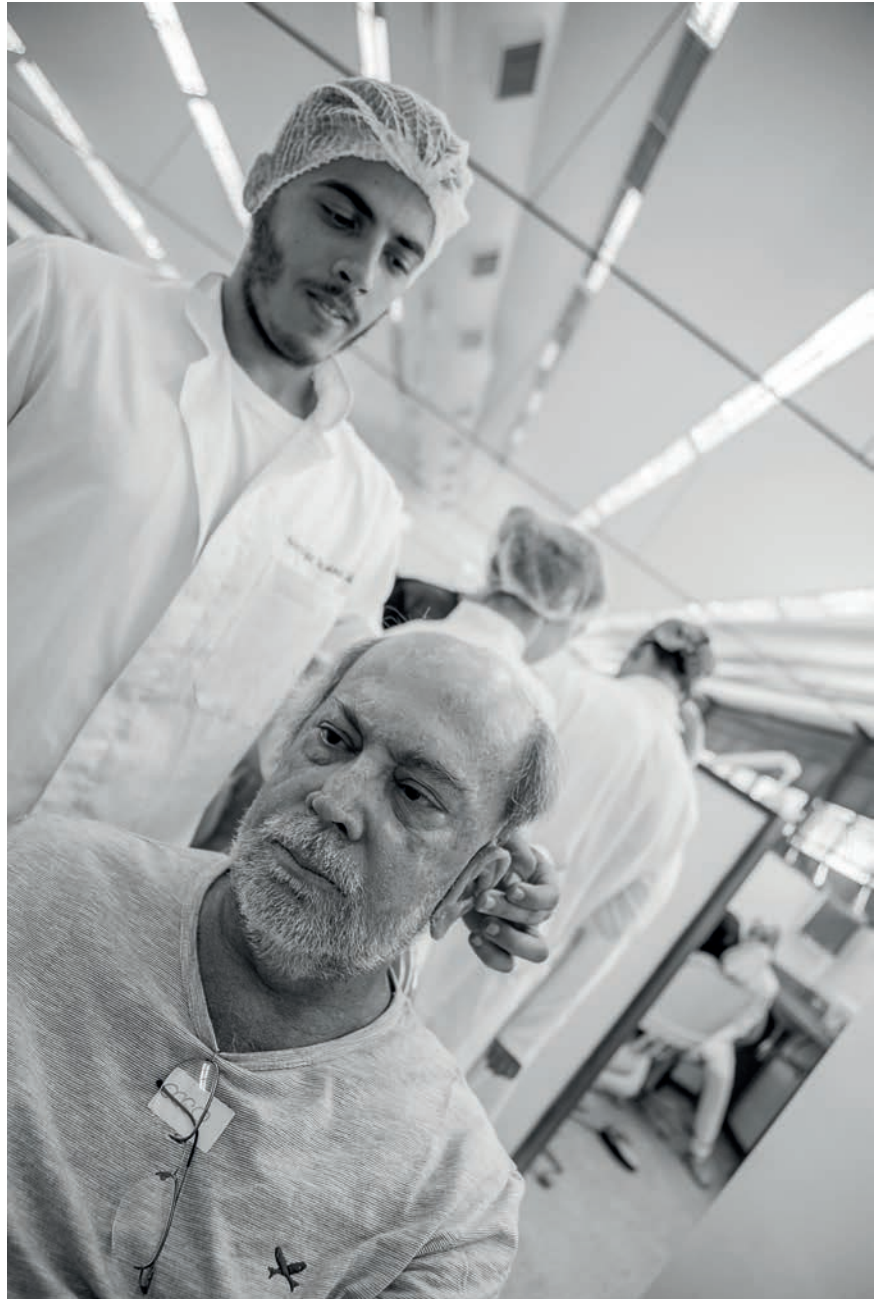
A Associação de Voluntários do HUB oferece um lanche semanal para as crianças na área da Dermatologia Infantil



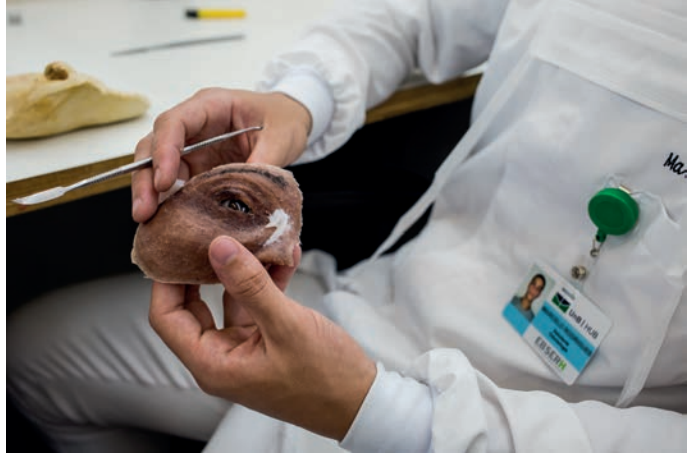
Alunos de Enfermagem fazem mutirão no Paranoá, coordenados pelo professor Pedro Sadi







A professora **Aline Úrsula** e sua **equipe** confeccionam à mão as próteses, usando resina, gesso, silicone e tinta



Você já ouviu falar em análise de discurso?

Texto **Kárin Ventura**
Ilustrações **Igor Outeiral**



A análise de discurso (AD) é uma ciência que tem por objetivo analisar a estrutura de um texto e, a partir daí, compreender seu contexto e suas construções ideológicas. O discurso pode ser entendido como uma construção linguística em que o texto se desenvolve e se relaciona com o contexto social. Opa! Ficou confuso? Então prossiga na leitura para conhecer mais sobre isso.

O discurso representa pensamentos; funciona como processo de comunicação e exerce papel fundamental na interação das pessoas. As ideologias¹ encontradas em um discurso são construídas e influenciadas pelo contexto sociopolítico e econômico onde o autor está inserido. A análise de discurso vai além de mera análise textual, e parte para a análise contextual da estrutura. Vai além da língua e considera as relações de poder, as identidades sociais, as ideologias, entre outras manifestações humanas.

Nesse sentido, a AD contribui para o debate de pontos importantes para a sociedade atual, como as questões de gênero, racismo, violência, identidade, exclusão social, e busca promover mudanças sociais que possam, sustentadas pelo discurso, superar relações desiguais de poder. É por meio dela que podemos saber o que determinado texto² diz, como ele diz, por que ele diz o que diz.

É essa concepção que interessa à análise de discurso, pois um indivíduo age, reage e interage por meio da linguagem, mas ele também considera o ambiente em que a comunicação se realiza, como ela se relaciona com a situação que a criou. É a interação da linguagem com a sociedade. É tentar entender

e explicar como um texto é construído e como ele se articula com a história e com a sociedade que o produziu.

De modo geral, quem constrói um discurso quer mostrar sua verdade, quer tentar persuadir o outro. Para isso, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas por quem recebe o discurso. Nessas marcas estão inseridos os sistemas de crenças, as ideologias, as representações.

Quer ver alguns recursos utilizados na construção de um texto e que podem ser objeto da análise de discurso?

1. Qual ponto de vista o narrador mostra? Ele dá voz ao personagem (discurso direto) ou fala por ele (indireto)? Esses recursos ajudam a dar credibilidade ao que é dito.
2. Como pessoas, tempo e espaços são desenhados? Eles criam a ilusão de ser cópias da realidade? Do detalhamento de informações podemos inferir a *verdade do discurso*, que pode ser reforçada com o uso de imagens e fotografias.

Há duas vertentes da análise de discurso: a de linha francesa e a análise de discurso crítica (ADC), de linha inglesa. Tudo o que já foi dito aqui se aplica às duas linhas, mas a diferença mais marcante entre essas vertentes é que, para a ADC, o discurso constitui e é constituído por práticas sociais. Para essa linha, a linguagem é um importante instrumento de mudança social e de identificação de ideologias dominantes.

A ADC é transdisciplinar, pois envolve a linguística, a sociologia, a filosofia, entre

outras teorias sociais. Por considerar a linguagem como forma de prática social, essa vertente busca examinar as relações de poder envolvidas no discurso. E há diversos tipos de poder: social, econômico, militar, político, físico. As relações de poder estão presentes em situações rotineiras, como na interação professor/aluno; médico/paciente; chefe/subordinado.

Você sabia que a análise de discurso pode ser muito útil no ensino e aprendizagem de língua portuguesa? Por meio dela, é possível identificar pistas que levem à interpretação dos sentidos de um texto; à descoberta de marcas estruturais, ideológicas e representacionais. A análise de discurso permite trabalhar com várias modalidades, como textos jornalísticos, publicitários, jurídicos, além de composições textuais constituídas pelas formas da linguagem escrita, oral ou visual. Essa diversidade contribui para a construção crítica e criativa dos textos.

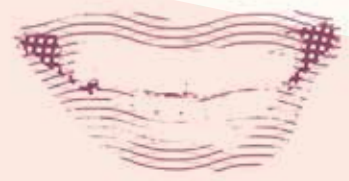
Saiba mais

Quer saber mais sobre AD e ADC? Comece pelos seguintes autores:

- **Linha francesa**
Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau, Michel Foucault e os professores brasileiros Sírio Possenti, Ingedore Koch, Eni Orlandi.
- **Linha crítica**
Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak, Roger Fowler, Theo van Leeuwen, Gunther Kress, e as professoras da UnB Izabel Magalhães, Viviane Resende e Viviane Vieira.

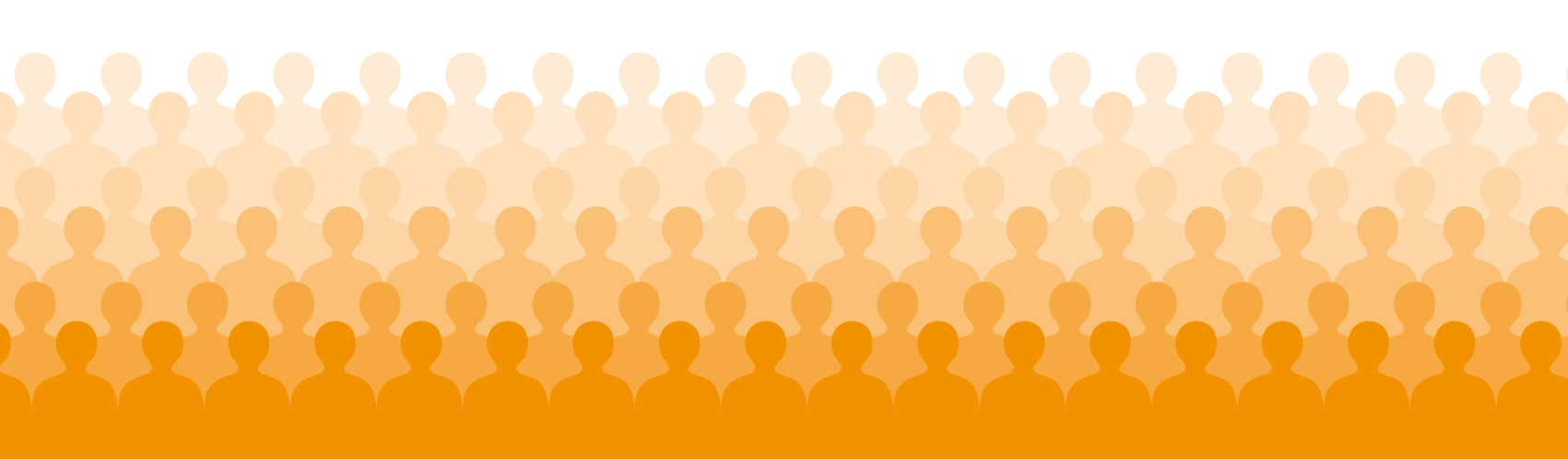
¹ Sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos. Conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos. In Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, p. 1043.

² Aqui, entendemos texto como qualquer produção linguística, falada ou escrita, que permita a comunicação humana. A palavra texto pode abarcar escrita, fala, imagens estáticas (fotos, ilustrações, gráficos), em movimento (vídeos) e sons (música, sonoplastia). É a multimodalidade.



Conheça alguns trabalhos desenvolvidos na UnB sobre análise de discurso





Humanos por direitos. Muito além da aplicação de leis, conheça histórias de protagonismos da comunidade acadêmica na luta pela efetivação da equidade social.

